

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CENTRO DE CAPACITAÇÃO E PESQUISAS EM PROJETOS SOCIAIS

**Estudo de caso sobre o Programa de Hortas Comunitárias Urbanas de Sete Lagoas/MG:
fatores que contribuíram para o sucesso de um programa de agricultura urbana
com 30 anos de existência.**

Míriam Matos Zadorosny

Belo Horizonte

2012

Míriam Matos Zadorosny

**Estudo de caso sobre o Programa de Hortas Comunitárias Urbanas de Sete Lagoas/MG:
fatores que contribuíram para o sucesso de um programa de agricultura urbana
com 30 anos de existência.**

Monografia apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Centro de Capacitação e Pesquisas em Projetos Sociais da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Especialista em Elaboração, Gestão e Avaliação de Projetos Sociais em Áreas Urbanas.

Prof. Carmelita Veneroso – Orientadora

Belo Horizonte

2012

Dedico este trabalho a todos os agricultores urbanos que lutam e labutam diariamente para realizar seu trabalho de forma digna, fazendo da cidade um lugar melhor para se viver.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a todas as pessoas que contribuíram direta ou indiretamente para a realização deste trabalho.

Ao Victor, que me apresentou ao HCU, pelas conversas inspiradoras, apoio e incentivo.

A Carmelita Veneroso, por sua orientação e apoio.

Aos professores, colegas e equipe do CECAPS, pelas trocas e suporte.

A todos os entrevistados que generosamente cederam seu tempo e atenção.

“Não queremos o meio ambiente. Queremos o ambiente inteiro”.

Leonardo Boff

“As condições de vida dos pobres devem ser melhoradas se nós queremos realmente salvar nosso ambiente.”

Wangari Maathai

RESUMO

Esta pesquisa tem como foco de interesse compreender como as práticas de agricultura urbana podem estar articuladas às políticas públicas de desenvolvimento local. A agricultura urbana (AU) passou a ganhar importância mundial a partir da discussão sobre o desenvolvimento sustentável e humano. Ainda que continuasse presente nas cidades como uma prática cultural e como alternativa de alimentação e renda para os pobres urbanos, a AU foi praticamente ignorada pela política pública no decorrer do século XX. Atualmente, a maioria dos projetos neste campo é de iniciativa da sociedade civil, ao passo que as iniciativas criadas ou apoiadas pelo poder público são mais escassas. Um dos desafios encontrados pelas práticas de AU diz respeito à continuidade dos projetos.

O Programa de Hortas Comunitárias Urbanas de Sete Lagoas (HCU) é um programa de agricultura urbana desenvolvido pela Prefeitura Municipal de Sete Lagoas-MG, que acaba de completar 30 anos de existência. Este trabalho consistiu em um estudo de caso sobre o HCU, com o objetivo de investigar os fatores que contribuíram para o sucesso e continuidade deste programa de agricultura urbana, a partir da visão dos gestores, parceiros estratégicos e beneficiários.

A pesquisa revelou algumas características do HCU que podem ser consideradas para explicar a razão de sua continuidade. A principal delas diz respeito ao apoio do poder público na garantia de acesso permanente do agricultor urbano a terreno para cultivo e água, além de outros subsídios que viabilizam a atividade para a população mais pobre. Outra característica do programa é o foco na geração de renda, que atende a uma necessidade central na vida do público beneficiário. A melhoria da segurança alimentar vem como uma consequência da prática da atividade. Outros fatores encontrados foram: a presença de diversas parcerias com órgãos da administração local e entidades de pesquisa e financiamento; a estabilidade da parceria entre o órgão gestor (Prefeitura) e o órgão que tem a responsabilidade técnica sobre o programa (Emater-MG); garantia de suporte técnico em agricultura e associativismo; o grau de liberdade e autonomia do produtor na gestão do próprio trabalho; o sistema de associativismo, que gerou o fortalecimento dos agricultores através da participação e da possibilidade de celebrar contratos com entidades públicas e privadas. Foram identificadas dificuldades como a indefinição de papéis entre as entidades parceiras; falta de informações, falhas na administração e avaliação das ações do programa; enfraquecimento das associações devido à reprodução de estruturas de poder no seu interior e falta de entendimento do seu papel político e estratégico por parte dos produtores.

Palavras-chave: agricultura urbana, AUP, política pública, continuidade e descontinuidade administrativa, associativismo.

ABSTRACT

This research has as focus of interest to understand how the urban agriculture practices can be articulated to the public policies of local development. Urban agriculture (UA) started to gain world-wide importance from the discussion on sustainable human development. Despite it have been present in the cities as a cultural practice and alternative of food and income for the urban poors, UA was almost ignored by the public policies in the course of 20th Century. Currently, most projects on UA are of initiative of civil society, while the initiatives created or supported by public sector are scarcer. One of the challenges faced by UA practices is due to the continuity of the projects.

The Program of Urban Community Gardens from Sete Lagoas-MG (Programa de Hortas Comunitárias Urbanas de Sete Lagoas/HCU) is a program of urban agriculture developed by the City hall of Sete Lagoas-MG, that has completed 30 years of existence. This work consisted of a casestudy on the HCU, with the aim to research the factors that had contributed to the success and continuity of this program of urban agriculture, from the vision of the managers, strategic partners and beneficiaries.

The research revealed some characteristics of the HCU that can be considered to explain the reasons of its continuity. The main of them says respect to the support of the public power in the guarantee of permanent access to the land and water for the urban farmer, beyond other subsidies that make possible the activity for the poor. Another characteristic of the program is the focus in the income generation, that takes care of a central need in the life of the beneficiary public. The improvement of food safety comes as a consequence of the practice of the activity. Other factors found in research were: the presence of diverse partnerships with agencies of the local government and entities of research and financing; the stability of the partnership between the managing agency (City hall) and the agency that has the technical responsibility on the program (Emater-MG); guarantee of technical support in agriculture and associativism; the autonomy and degree of freedom the producers have to manage their own work; the associative system, that generated the reinforcement of the farmers through the participation and the possibility to make contracts with public and private entities. Difficulties were identified as the confusion of roles of the partner entities; lack of information, problems in the administration and evaluation of the actions of the program; weakness of the associations due to reproduction of power structures in its interior and lack of understanding of its strategic political role from the farmers.

Key-words: urban agriculture, UPA, public policy, administrative continuity and discontinuity, associativism.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AU – Agricultura Urbana

AUP – Agricultura Urbana e Periurbana

FAO – Food and Agriculture Organization

HCU – Programa de Hortas Comunitárias Urbanas de Sete Lagoas - MG

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDRC – Centro Internacional de Investigações para o Desenvolvimento

IPES – Promoção do Desenvolvimento Sustentável

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

ONU – Organização das Nações Unidas

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

RUAF – Resource Centres on Urban Agriculture & Food Security

TUAN – The Urban Agriculture Network

UN-HABITAT - Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1. Localização do Município de Sete Lagoas.....	43
FIGURA 2. Mapa do Município de Sete Lagoas.....	43
FIGURA 3. Fotografia da Horta do Vapabuçu.....	53
FIGURA 4. Fotografia da Horta do Vapabuçu.....	53
FIGURA 5. Fotografia da Horta do Vapabuçu.....	53
FIGURA 6. Fotografia da Horta do Vapabuçu.....	53
FIGURA 7. Fotografia da Horta do Vapabuçu.....	53
FIGURA 8. Fotografia da Horta do Vapabuçu – Imagens do Galpão do Produtor.....	54
FIGURA 9. Fotografia da Horta do Vapabuçu – Imagens do Galpão do Produtor.....	54
FIGURA 10. Fotografia da Horta do Vapabuçu	54
FIGURA 11. Fotografia da Horta do Vapabuçu	54
FIGURA 12. Fotografia da Horta do Vapabuçu	54
FIGURA 13. Fotografia da Horta do Vapabuçu	54
FIGURA 14. Fotografia da Horta JK.....	55
FIGURA 15. Fotografia da Horta JK.....	55
FIGURA 16. Fotografia da Horta JK.....	55
FIGURA 17. Fotografia da Horta JK.....	55
FIGURA 18. Fotografia da Horta JK.....	55
FIGURA 19. Fotografia da Horta JK.....	55
FIGURA 20. Fotografia da Horta Nova Cidade.....	56
FIGURA 21. Fotografia da Horta São Paulo.....	56
FIGURA 22. Fotografia da Horta Montreal/Canadá.....	56
FIGURA 23. Fotografia da Horta Montreal/Canadá.....	56
FIGURA 24. Fotografia da Sede da Associação da Horta JK.....	56
FIGURA 25. Fotografia da Reunião Mensal da Associação da Horta JK.....	56

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
1 INTRODUÇÃO	13
2 REVISÃO DE LITERATURA	16
2.1 O processo de urbanização e o ressurgimento da agricultura urbana	16
2.2 Definições conceituais	19
2.3 Quem pratica a AUP	23
2.4 Potencialidades e contribuições da AUP	24
2.5 A agricultura urbana e as políticas públicas	27
2.6 Continuidade e descontinuidade administrativa	31
2.7 Associativismo e práticas de AUP	34
3 METODOLOGIA.....	38
3.1 Metodologia de Pesquisa	38
3.2 Notas sobre a pesquisa de campo e coleta de dados	40
4 RESULTADOS.....	42
4.1 Contextualização e apresentação do Programa HCU	42
4.2 Análise e Discussão dos Dados	57
5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	88
REFERÊNCIAS.....	93
APÊNDICE A	97
APÊNDICE B.....	98
APÊNDICE C	99
ANEXO A.....	100

APRESENTAÇÃO

O meu interesse pela agricultura urbana começou a partir de algumas experiências em projetos de educação ambiental voltados para crianças e jovens, na linha do movimento de alfabetização ecológica, que procura integrar o conhecimento ecológico à vida cotidiana das comunidades humanas, buscando o desenvolvimento de uma consciência ecológica, sistêmica. No caminho em busca de experiências bem sucedidas em educação ambiental, a arte, o lúdico, assim como as atividades ao ar livre na horta e no jardim, mostraram-se meios educacionais extraordinários, devido ao bem estar e ao envolvimento que proporcionavam. Além de ser um laboratório vivo onde era possível observar e aprender conceitos ecológicos na prática, essas atividades estimulavam o desenvolvimento da sensibilidade e de habilidades de relacionamento e organização social.

Aqueles que estão envolvidos em projetos e políticas ambientais conhecem o desafio de se superar a distância que ainda existe entre o discurso e a prática da sustentabilidade. Na minha observação e vivência em projetos ambientais, uma percepção se formou: a importância de se valorizar as experiências positivas, os movimentos de resistência e de fuga do convencional, as potencialidades locais, os projetos simples, factíveis, que levem em conta não só o meio ambiente, mas as pessoas, sobretudo aquelas que vivem em condições de exploração e precariedade tão alarmantes quanto o próprio ambiente.

O contato com alguns projetos de agricultura urbana e hortas escolares foi então outra experiência marcante – revelou a beleza de uma atividade que proporciona às pessoas que vivem na cidade, principalmente aquelas que vieram do campo e que mal se adaptam às habilidades e qualificações exigidas pelo mercado, mulheres e idosos, ou aquelas que simplesmente gostam e se identificam com a atividade de plantio, a oportunidade de produzir o próprio alimento e de

complementar sua renda, conquistando condições mais dignas de vida. Essas famílias passam a poder obter um nível melhor qualidade de vida, de segurança alimentar e de civilidade, prestando um serviço importante para a vida da cidade. A agricultura urbana pode tornar a cidade mais bonita, mais verde e mais humanizada, favorecer o comércio local e estimular a organização e mobilização social, processos tanto difíceis quanto necessários de prática democrática.

A possibilidade de buscar uma interlocução entre projetos socioambientais e as políticas públicas foi o foco do meu interesse durante o curso de especialização em “Elaboração, gestão e avaliação de projetos sociais em áreas urbanas”. E foi uma grata surpresa ao descobrir em Sete Lagoas, uma cidade de porte médio, a 70 km de Belo Horizonte, um dos maiores programas de hortas comunitárias na América Latina, em plena atividade, envolvendo cerca de 300 famílias, com 30 anos de experiências, aprendizagens, caminhos e descaminhos, e que teria certamente alguma história para contar a respeito da sustentabilidade e continuidade de uma política pública municipal de agricultura urbana.

Espero que esse trabalho possa contribuir para a discussão em torno das políticas públicas de agricultura urbana, estimulando novas e mais aprofundadas pesquisas nesse campo.

1 INTRODUÇÃO

A urbanização acelerada que ocorreu no século XX e continua em curso é um fenômeno observado mundialmente e que traz em sua esteira uma série de desafios, sobretudo para os países em desenvolvimento, envolvendo a redução da pobreza e a gestão dos recursos ambientais.

A discussão a respeito da agricultura urbana e periurbana (AUP) passou a ganhar importância mundial, sobretudo a partir dos anos 1990, a partir dos debates em torno do desenvolvimento sustentável e humano. Alertando para os elevados índices de urbanização e sua relação com os níveis de pobreza e insegurança alimentar, a ONU vem desenvolvendo estudos e estimulando o desenvolvimento da agricultura urbana. Entretanto, seu potencial vai muito além das questões de abastecimento e segurança alimentar. Hoje, por ser considerada uma atividade multifuncional com implicações ambientais, sociais, econômicas, culturais, estéticas, de saúde e lazer da população urbana, a agricultura urbana está no centro das discussões sobre o desenvolvimento humano sustentável.

Um dos desafios encontrados pelas práticas de AUP diz respeito à continuidade dos projetos. Um estudo sobre o estado da arte das hortas urbanas e periurbanas na literatura brasileira aponta a necessidade de estudos acerca dos benefícios e dificuldades encontrados pelos projetos de agricultura urbana:

Até o momento, a maioria desses projetos foi de curta duração (menos de três anos). Assim sendo, é necessário que pesquisas multidisciplinares e de longo prazo sejam

conduzidas a fim de que sejam melhor avaliados e compreendidos os benefícios e dificuldades dos projetos e as formas encontradas para superar essas dificuldades.¹

Observa-se que a maioria dos projetos de AUP é de iniciativa da sociedade civil, ao passo que as iniciativas criadas ou apoiadas pelo poder público são mais escassas.

O Programa de Hortas Comunitárias Urbanas de Sete Lagoas (HCU) é um programa de agricultura urbana, desenvolvido pela Prefeitura Municipal de Sete Lagoas, que teve início em 1982. Na época, foi criada uma horta, beneficiando 35 famílias. No decorrer desses 30 anos, o programa foi continuado e ampliado, chegando a 2012 com 7 hortas comunitárias e atendendo a 330 famílias. Nesse período, o programa passou por diversas modificações, incluindo mudança de métodos de produção, ampliação das parcerias, criação de lei municipal de regulamentação do programa, sem mencionar diversas mudanças no quadro de funcionários e a passagem de 7 administrações municipais. Foram criadas associações de produtores, sendo que atualmente existem 6 associações ligadas às hortas comunitárias e uma Central das associações dos produtores das HCU.

Esse estudo nasceu do interesse em compreender como as práticas de agricultura urbana podem estar articuladas às políticas públicas de desenvolvimento local. Com o objetivo de investigar os fatores que contribuíram para o sucesso e continuidade deste programa de agricultura urbana, foi realizado um estudo de caso do Programa de Hortas Comunitárias Urbanas de Sete Lagoas, focalizando a visão dos gestores, parceiros estratégicos e beneficiários.

Com relação aos objetivos específicos, pretende-se fazer uma descrição e caracterização do Programa, abordando aspectos operacionais e de gestão, o papel das parcerias,

1 CASTELO BRANCO; ALCÂNTARA, “Hortas urbanas e periurbanas: o que nos diz a literatura brasileira?” In Horticultura Brasileira, 29, 2011, p. 421.

a atuação das associações, mecanismos de avaliação e identificar as dificuldades enfrentadas e os fatores que facilitaram a sua continuidade ao longo do seu tempo de existência.

Este trabalho está estruturado em quatro capítulos. O primeiro contém uma revisão bibliográfica que trata os seguintes temas: o processo de urbanização e o ressurgimento da agricultura urbana; definições conceituais; quem pratica a AUP; potencialidades e contribuições da AUP; a agricultura urbana e as políticas públicas; continuidade e descontinuidade administrativa; associativismo e práticas de AUP. O segundo capítulo apresenta os procedimentos metodológicos da pesquisa. O terceiro capítulo contém uma descrição do Programa HCU e a apresentação dos resultados e discussão dos mesmos. No quarto capítulo são feitas as considerações finais e as recomendações pertinentes. Os apêndices e anexos auxiliam na compreensão e contextualização da pesquisa.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 O processo de urbanização e o ressurgimento da agricultura urbana

A prática de produzir alimentos através da agricultura e da criação de pequenos animais é uma longa tradição que sempre existiu nas cidades por todo o mundo. De acordo com Pessoa (2005, p.66), o mix de sistemas de produções agrícolas existentes na atualidade foi formado por quatro forças: a continuidade das práticas históricas; a revolução industrial agrícola; a rápida urbanização pós-Segunda Guerra Mundial; e o aumento dos segmentos de baixa renda na população urbana. A combinação dos fatores antigos e mais recentes explica o desenvolvimento da agricultura urbana como é praticada na atualidade.

O êxodo das pessoas do campo para as cidades tem suas raízes na modernização da agricultura somada ao desenvolvimento industrial (PORTELLA, 2011). A falta de acesso à terra, a dificuldade do agricultor familiar de sobreviver em face dos monopólios agrícolas, bem como a atração exercida pela dinâmica econômica das cidades e a busca dos serviços públicos essenciais levaram uma grande quantidade da população do campo para o meio urbano. Coutinho (2010) analisa esse fenômeno no contexto brasileiro:

Vale ressaltar a questão do monopólio da terra que ergue cercas tanto no meio rural quanto no meio urbano. Os fluxos migratórios nacionais, na década de 1970, para serem compreendidos, devem ser considerados à luz de uma *estrutura agrária repulsiva*, para usar a expressão de Milton Santos (2008 [1981]), marcada pela concentração de terras, independente do uso, e modernização agrícola, que priorizou a monocultura das grandes empresas agropecuárias em detrimento da agricultura familiar. (COUTINHO, 2010, p. 31, grifo da autora).

Mais do que nunca, as cidades se deparam com a necessidade de gerar produtos, serviços e bem estar à população (água, ar limpo, alimentação, habitação, saneamento, educação,

saúde, segurança, emprego e renda, transporte etc.) ao mesmo tempo em que precisam lidar com os problemas ambientais relacionados ao processo de urbanização, industrialização e desenvolvimento.

Atualmente, cerca de metade da população mundial vive em cidades. A população urbana cresceu de 750 milhões em 1950 para 3,6 bilhões em 2011, conforme dados divulgados pela ONU². Em 2008, a população urbana mundial superou a população rural. Estima-se que até 2030, cerca de 60% da população mundial estará vivendo em áreas urbanas. No Brasil, de acordo com dados do censo 2010, a população urbana já atingiu a proporção de 84%.³

O crescimento populacional aliado à intensa migração da população rural para o meio urbano trouxe também a inversão da concentração da pobreza, que passou das zonas rurais para as urbanas. Na América Latina e Caribe, quase 80% da área urbanizada tem alto nível de desigualdade e 60% dos pobres vivem em cidades⁴. A projeção da ONU para as próximas décadas é de que 95% do crescimento da população urbana mundial ocorrerá em países em desenvolvimento.

No processo histórico de expulsão das pessoas do campo para as cidades, a maioria das famílias experimentou uma transformação e precarização dos seus hábitos alimentares, perdeu a relação com a natureza e sofreu um processo de erosão de seus saberes tradicionais. Além disso, essa nova população de pobres urbanos enfrenta também dificuldades de moradia e acesso ao mercado de trabalho (ARRUDA, 2006).

² ONU Brasil, “Fatos sobre as cidades” disponível em <http://www.onu.org.br/rio20/temas-cidades/>, acesso em 02/12/2012.

³ IBGE, “Tendências demográficas no período de 1940/2000”, disponível em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/tendencia_demografica/analise_populacao/1940_2000/comentarios.pdf, acesso em 02/12/2012.

⁴ “Banco Mundial: 90% do aumento da população urbana acontece nos países em desenvolvimento” - Último Segundo Notícias, 23/10/2010, Rede Nossa São Paulo, disponível em <http://www.nossasaopaulo.org.br/portal/node/10318>, acesso em 02/12/2012.

Ao mesmo tempo, criou-se a noção de dois espaços distintos: o espaço urbano e o espaço rural. Entretanto, apesar desse aparente distanciamento, existem movimentos de resistência que transformam espaços urbanos em locais para produção de alimentos (ROSA, 2011, p.3). Os pobres urbanos encontram novas formas para se autossustentar, expandindo a escala da atividade agrícola urbana, muitas vezes recorrendo a suas tradições e práticas culturais.

Coutinho (2007) observa que:

Quando as pessoas migram para as cidades passam a absorver valores urbanos, contudo, muitas vezes não esquecem as origens ou sua ruralidade. Ruralidade compreendida como tudo que está relacionado ao campo, condição material, valores existenciais, dinâmicas de vida, etc. (COUTINHO, 2007, p. 22)

Rosa (2011) discute o papel da agricultura na refuncionalização de espaços nas cidades, onde os indivíduos, isoladamente ou em grupos organizados, buscam ressignificar suas relações com o meio, seja pela falta de capital para consumir a produção vinda de fora, seja pelo significado cultural dessas práticas no contexto de cada um (ROSA, 2011, p. 2-3)

Contudo, ainda que agricultura urbana continuasse presente nas cidades como uma prática cultural e como alternativa viável para os pobres urbanos, ela foi praticamente ignorada pela política pública no decorrer do século XX. Frequentemente percebida como arcaica, temporária e inapropriada, somente a partir dos anos 80 do século passado, ressurgiu como uma atividade econômica significativa e essencial para a segurança alimentar dos habitantes urbanos (SMIT *et. al.*, 2001).

A associação da noção de sustentabilidade ao debate sobre o desenvolvimento das cidades é um tema em discussão (ACSELRAD, 1999). A busca de alternativas de desenvolvimento se expressa tanto a partir das práticas sociais (seja na informalidade ou nos movimentos sociais organizados), como a partir da produção de estudos e do planejamento e

gestão das cidades. Acelrad observa que o movimento ambientalista que antes ignorava as questões urbanas passa também a incluí-las em sua agenda.

Ao mesmo tempo que verificamos uma “ambientalização” do debate sobre políticas urbanas, observamos, também, um movimento em sentido oposto, com a entrada crescente do discurso ambiental no tratamento das questões urbanas, seja por iniciativa de atores sociais da cidade que incorporam a temática do meio ambiente, sob o argumento da substancial concentração populacional nas metrópoles, seja pela própria trajetória de urbanização crescente da carteira ambiental dos projetos do Banco Mundial. (ACSELRAD, 1999, p. 81, grifo do autor)

De acordo com Attiani (2011), a temática da agricultura urbana vivencia uma redescoberta por parte do saber acadêmico a partir das projeções das Nações Unidas de um mundo cada vez mais urbano. Essa autora ressalta também o papel desempenhado pela agricultura urbana como uma forma de *welfare* em outras épocas de crise.⁵

2.2 Definições conceituais

Uma das dificuldades que surgem na conceituação da agricultura urbana diz respeito à grande variedade de práticas que a atividade comporta, gerando por vezes definições conflitantes. Elementos como localização, tipos de atividades, tipo de posse da terra, destinação e escala da produção, entre outros, tendem a estar presentes nas definições da AU. (SMIT *et. al.*, 2001; MOUGEOT, 2000).

Mougeot (2000) alerta para a necessidade de se desenvolver uma conceituação de Agricultura Urbana (AU) que tenha tanto uma coerência interna, quanto seja externamente funcional, para torná-la uma ferramenta útil. Esse autor sublinha a importância da definição de

⁵ ATTIANI (2011, p.5) faz referência ao recurso à agricultura dentro das cidades européias em épocas de crise, constituindo uma verdadeira política de *welfare*. A autora cita como exemplos as “hortas sociais” do Reino Unido, em 1922, que se difundiram na Europa oriental, Holanda, Alemanha e Suécia, bem como em outros países e tiveram grande importância durante as guerras mundiais. Na Itália, em 1941, a lei permitia cultivar dentro das cidades as áreas verdes, os lotes vagos, afora dos jardins históricos, por causa da escassez de comida durante a segunda guerra mundial.

conceitos correlatos (como por exemplo, agricultura rural, desenvolvimento urbano sustentável, sistemas urbanos de abastecimento de alimentos) e da compreensão da relação existente entre eles e a AU, para que essa atividade possa ser potencializada. O principal problema das definições da agricultura urbana é que poucas aprofundam nos contrastes entre ela e a agricultura rural e nas implicações de uma sobre a outra.

A utilização de um critério baseado na localização (urbana ou periurbana) da atividade para caracterizá-la torna o conceito impreciso, uma vez que não há um consenso quanto à definição da área intra ou periurbana. No caso das áreas periurbanas, a determinação é ainda mais problemática, devido à sua proximidade geográfica com o meio rural (COUTINHO, 2007; ROSA, 2011). Santandreu & Lovo (2007) sugerem a delimitação do periurbano não por sua abrangência territorial, mas pelo vínculo da experiência de AUP com a dinâmica urbana.

O trabalho de Almeida & Souza (2003, apud PESSOA, 2005) analisa a multifuncionalidade dos espaços rurais e urbanos. Esses autores enfatizam que as fronteiras entre o rural e o urbano são cada vez menos nítidas, provocando uma “inversão” das atividades rurais e urbanas, ou seja, uma “urbanização do rural” e uma “ruralização do urbano” (PESSOA, 2005, p. 5).

Para Coutinho (2007), como atividade produtora de alimentos, a AU tem potencial para complementar as atividades desenvolvidas pela agricultura rural, voltando-se para a produção de alimentos mais perecíveis, como hortaliças, flores e vegetais. Além do ganho em qualidade, esses produtos locais apresentam vantagens com relação ao custo. O sistema de produção, distribuição e comercialização da AU é mais fluido e integrado, se em conformidade com um planejamento urbano. Assim, a relação direta entre produtor e consumidor representa menos desperdício de alimentos e preços mais baixos.

De acordo com Mougeot (2000), a agricultura urbana é diferente da agricultura rural (e complementar a ela) justamente por que ela está integrada no sistema econômico e ecológico urbano. Esse autor propõe a seguinte definição:

A agricultura urbana é a praticada dentro (intra-urbana) ou na periferia (periurbana) dos centros urbanos (sejam eles pequenas localidades, cidades ou até megalópoles), onde cultiva, produz, cria, processa e distribui uma variedade de produtos alimentícios e não alimentícios, (re)utiliza largamente os recursos humanos e materiais e os produtos e serviços encontrados dentro e em torno da área urbana, e, por sua vez, oferece recursos humanos e materiais, produtos e serviços para essa mesma área urbana. (MOUGEOT, 2000, p. 7)

Nessa linha, foi realizado um amplo estudo brasileiro sobre a Agricultura Urbana e Periurbana, intitulado “Panorama da agricultura urbana e periurbana no Brasil e diretrizes políticas para sua promoção”, promovido pela FAO (*Food and Agriculture Organization*) e pelo MDS (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome). O conceito trabalhado neste documento procura contemplar a diversidade de práticas, objetivos e funções relacionados à AUP. Os autores propõem a seguinte definição:

A AUP é um conceito **multi dimensional** que inclui a **produção**, a **transformação** e a **prestação de serviços**, de forma segura, para gerar **produtos agrícolas** (hortaliças, frutas, plantas medicinais, ornamentais, cultivados ou advindos do agro-extrativismo, etc.) e **pecuários** (animais de pequeno, médio e grande porte) voltados ao **autoconsumo**, **trocas e doações** ou **comercialização**, **(re)aproveitando-se**, de forma eficiente e sustentável, os **recursos e insumos locais** (solo, água, resíduos, mão de obra, saberes etc.). Essas atividades podem ser praticadas nos espaços intra-urbanos, urbanos e periurbanos, estando vinculadas às dinâmicas urbanas ou das regiões metropolitanas e articuladas com a gestão territorial e ambiental das cidades. Essas atividades devem pautar-se pelo **respeito aos saberes e conhecimentos locais**, pela **promoção da equidade de gênero** através do **uso de tecnologias apropriadas** e **processos participativos** promovendo a gestão urbana social e ambiental das cidades, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população urbana e para a sustentabilidade das cidades. Desta forma, se partiu do conceito de **multi funcionalidade** da AUP considerando seu potencial para promover **cidades produtivas e ecológicas**, que **respeitam a diversidade social e cultural** e que **promove a segurança alimentar e nutricional**. (SANTANDREU & LOVO, 2007, p. 11, grifos dos autores.)

Os autores definem também os outros conceitos utilizados no conceito de AUP:

“Com a **cidade produtiva** estamos nos referindo à promoção de um desenvolvimento econômico local, voltado para o combate à pobreza, com a implantação de políticas de

geração de trabalho e melhoria de rendas complementares, desde uma perspectiva de Economia Popular Solidária e comércio justo.

Com a **cidade ecológica** estamos nos referindo à possibilidade de potencializar, com as atividades de AUP, a gestão territorial e ambiental das cidades, integrando a AUP com as políticas de gestão territorial, de uso social do espaço, de gestão de resíduos sólidos, de uso de águas residuais tratadas e de chuva, buscando a diminuição da impermeabilização do solo, e com as políticas de enverdecimento da cidade, entre outras, a partir de uma perspectiva de diminuição dos desequilíbrios ecológicos.

Com a **cidade que respeita a diversidade social e cultural** estamos nos referindo ao potencial que as atividades de AUP têm para a promoção de políticas de respeito às condições étnicas e sócio-culturais e também de atenção a grupos considerados de condição vulnerável como mulheres, idosos, portadores de necessidades especiais, quilombolas, entre outros, partindo de uma perspectiva de respeito à diversidade social, equidade e promoção da governabilidade participativa.

E, por fim, com a **cidade que promove a segurança alimentar e nutricional** há o vínculo direto das iniciativas de AUP com as políticas de combate à fome e de complementos alimentares e nutricionais, com relação direta ao acesso e disponibilidade dos alimentos e à forma de produção dos mesmos, a partir de uma perspectiva de combate à fome e promoção da Segurança Alimentar e Nutricional.” (SANTANDREU & LOVO, 2007, p. 11-12, grifos dos autores)

Quanto à terminologia, utilizarei neste trabalho os termos agricultura urbana, AU, agricultura urbana e periurbana, ou AUP tendo como referência o conceito de AUP acima, uma vez que estes termos aparecem frequentemente na literatura especializada como sinônimos. De acordo com este conceito, a agricultura praticada no Programa de Hortas Comunitárias de Sete Lagoas pode ser enquadrada como AUP, considerando-se os seguintes elementos: produção de alimentos, autoconsumo, comercialização, aproveitamento de recursos e insumos locais, localização em espaços urbanos e periurbanos e articulação com a dinâmica urbana e gestão territorial da cidade. Observa-se ainda o foco em desenvolvimento local, combate à pobreza e promoção da segurança alimentar.

De acordo com Arruda (2006), as hortas comunitárias estão associadas aos seguintes objetivos: utilização racional dos espaços, desenvolvimento local, favorecimento da segurança alimentar, formação de microclimas e manutenção da biodiversidade, escoamento de águas das

chuvas e diminuição da temperatura, diminuição da pobreza e geração de renda (ARRUDA, 2006, p. 19).

2.3 Quem pratica a AUP

Smit *et. al.* (2001) observam que não existe um padrão de agricultor urbano. Nos países em desenvolvimento tendem a predominar os grupos de baixa renda e mulheres. Para Crispim Moreira (2008) as famílias que praticam a AUP no Brasil pertencem às classes oprimidas e marginalizadas, tanto os “camponeses desterrados” quanto os “operários pobres” que não conseguem vender sua força de trabalho (MOREIRA, 2008, p. 245). Segundo Coutinho (2007), as atividades de agricultura urbana são desenvolvidas principalmente “por famílias, comunidades tradicionais, desempregados, migrantes rurais, idosos e mulheres” (COUTINHO, 2007, p. 26).

O desequilíbrio de gênero é explicado por fatores como a informalidade das atividades, a preocupação em prover a alimentação da família e a proximidade do ambiente doméstico, que favorece a conciliação de atividades na horta e em casa. Embora seja predominante a presença de grupos em situação de risco social nas atividades de AU, ela também é praticada por outros grupos sociais (MERZTHAL, 2006, apud COUTINHO, 2007).

Mendonça (2006, apud COUTINHO, 2007) relaciona três dimensões propulsoras do envolvimento das pessoas em atividades de AU: a dimensão social, pela possibilidade de promoção de meios de subsistência e minimização das consequências das crises econômicas; a dimensão ecológica, ligada à gestão ambiental, educação ambiental e recreação; e a dimensão econômica.

Segundo Smit *et. al.* (2001) não há uma delimitação precisa entre a orientação da produção da AU para o consumo ou para o mercado, pois essa destinação pode se sobrepor e variar no tempo. Os autores observam também que grande parte do mercado que ocorre nas cidades é informal e a agricultura urbana é um dos elementos dessa economia informal.

É importante também considerar que tanto na agricultura urbana quanto na rural a agricultura familiar é muito presente (ROSA, 2011), embora no Brasil a agricultura familiar seja associada à agricultura rural.

2.4 Potencialidades e contribuições da AUP

A diversidade de contribuições que a AUP apresenta deve-se ao seu caráter multifuncional. Segundo Pessoa (2005), os aspectos econômico e de segurança alimentar são os mais proeminentes. Boukharaeva *et. al.* (2005) apresentam as funções relativas à alimentação, ao bem-estar, à terapia, à identidade e à transmissão de saber e cultura.

- Função alimentar: a agricultura urbana permite às famílias diversificar a alimentação por ser uma fonte de alimentos saudáveis e de baixo custo (BOUKHARAEVA *et. al.*, 2005). Drescher (2000, apud PESSOA, 2005), observa que a segurança alimentar urbana depende de vários fatores, como a disponibilidade de alimentos, o acesso à comida e qualidade dos alimentos produzidos. Assim, a produção de alimentos pode representar uma alternativa de acesso à alimentação para pessoas nas condições de pobreza e falta de emprego. Em condições seguras e de modo apropriado, a AU pode contribuir para a segurança alimentar através do aumento da quantidade de alimentos disponíveis, do acesso direto através da produção doméstica

ou mercado não-estruturado (com conseqüente redução de custo) e do aumento do frescor dos alimentos.

- Função econômica: a produção da AU representa uma economia na renda familiar, podendo também constituir uma fonte de renda complementar para as famílias. De acordo com Smit *et. al.* (2001), a agricultura urbana contribui significativamente para o desenvolvimento socioeconômico de cidades em todo o mundo. Sua importância é ainda maior nas economias dos países em desenvolvimento.

- Funções de bem-estar, terapia e identidade: a agricultura urbana é fonte de bem-estar na medida em que proporciona um contato direto com a natureza para os habitantes urbanos (BOUKHARAEVA, *et. al.*, 2005). Este não é um ganho menor para a população pobre que compõe a “cidade informal”, privada das qualidades estéticas e de saneamento ambiental (COUTINHO, 2010). No que se refere às funções terapêuticas, Boukharaeva *et. al.* citam experiências na Rússia e na França, onde a prática da jardinagem é indicada para a recuperação da saúde física, psicológica e emocional. A função de identidade, segundo estes autores, está intimamente relacionada às funções terapêuticas, uma vez que a atividade proporciona um espaço de liberdade, autonomia e criatividade, fortalecendo a autoestima que vem do prazer de produzir algo para si mesmo, para os familiares e para a comunidade.

- Transmissão de saber e cultura: diz respeito à valorização e resgate dos saberes tradicionais e ao potencial educativo da AU. Além de transmitir cultura e saber, a atividade de jardinagem é suporte de outras atividades que geram ligação social (BOUKHARAEVA, *et. al.*, 2005). Estes autores fazem referência a práticas no Brasil e na França de criação de jardins e hortas escolares, que colocam em relevo o potencial pedagógico da atividade. No Brasil, grupos como a Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas (Rede), de Belo Horizonte, questionam

o modelo de produção agrícola influenciado pela chamada “Revolução Verde”, colocando em pauta o movimento da “agricultura alternativa” ou agroecológico, que se baseia no aprendizado coletivo sobre o manejo de agrossistemas, mediado por uma herança cultural (TELLES, 2006).

Além das potencialidades enumeradas acima, Attiani (2011) chama atenção para o aspecto de melhoria na vida cívica, na qualidade ambiental e na paisagem da cidade proporcionado pela AU. A participação das populações locais tem um papel fundamental na transformação e na gestão do ambiente de vida do ser humano (INGERSOLL, apud ATTIANI, 2011).

Crispim Moreira (2008) também aponta nesse sentido. Para este autor, a agricultura urbana é um fenômeno social e político que possui forte conexão com as questões e temáticas socioespaciais.

“[...] da agricultura urbana e periurbana é esperada – dado seu caráter e dimensão interdisciplinar e intersetorial – sua colaboração na necessária construção de cidades ecológicas e inclusivas. Cidades ecológicas podem ser concebidas como aquelas que conseguiriam alimentar todos de forma adequada e saudável, por meio do trabalho emancipatório e solidário de parcela da sua população. Eis uma dimensão e um objetivo estratégico da proposta dos agricultores urbanos e suas organizações. Não seria excessivo considerar que essa luta social insere-se no campo das lutas civilizatórias, pois é a luta contra a pobreza, a fome e o desemprego das classes oprimidas.” (MOREIRA, 2008, p. 246).

O autor ressalta o aspecto da AU como ação política, que propicia nos lugares onde é praticada a criação de novas relações sociais que comportam solidariedade entre as pessoas e cuidado com a natureza. Vale lembrar que essas dimensões da AU não se dão de forma isolada. É justamente a sobreposição e articulação dessas múltiplas funções que devem ser levados em conta na formulação de projetos e políticas de AU, a fim de potencializar essas práticas.

2.5 A agricultura urbana e as políticas públicas

Os argumentos de legitimação da agricultura urbana e os benefícios potenciais que representa criaram condições favoráveis ao consenso de que ela constitui uma área de intervenção pública (COUTINHO, 2010). Segundo Pessoa (2005), a agricultura urbana passa a ser, cada vez mais, uma atividade ligada ao planejamento das cidades e exige políticas adequadas para sua implementação, como políticas de uso de solos, de saúde, ambientais e de desenvolvimento social. É importante considerar também medidas de prevenção e minimização dos potenciais riscos que envolvem a atividade, com relação à saúde das pessoas e do meio ambiente.

Os organismos internacionais vêm tendo um importante papel no estímulo ao desenvolvimento de políticas locais de AUP. De acordo com Coutinho (2010), o IDRC (Centro Internacional de Investigações para o Desenvolvimento) possui um pioneirismo quanto à investigação e reconhecimento da agricultura urbana como área de intervenção. Entre os anos de 1984 e 2004, o IDRC colocou em prática vários projetos de agricultura urbana em cerca de 40 países em desenvolvimento.

A partir da década de 1980, a ONU também passou a se interessar pelo tema e estimular a realização de pesquisas e implementação de programas e políticas locais de AU. Entre 1991 e 1992 foi realizado um levantamento mundial a respeito das atividades de AU na Ásia, África e América Latina. Como resultado desse levantamento, em 1996 foi publicado o relatório do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) *Urban agriculture: food, jobs and sustainable cities* (Agricultura Urbana: alimentos, empregos e cidades sustentáveis)⁶, que

⁶ SMIT, J.; RATTA, A.; NASR, J. (Org.). **Urban Agriculture: food, jobs and sustainable cities**. Vol. one, Publication series for Habitat II. New York: UNDP, 1996.

estimula a pesquisa no sentido de reduzir os obstáculos ao crescimento da atividade através de estudos e projetos de AU. (ARRUDA, 2011; ATTIANI, 2011).

Outras agências internacionais dão suporte às atividades de AU produzindo e financiando pesquisas, como a FAO (*Food and Agriculture Organization*), TUAN (*The Urban Agriculture Network*) e IPES (Promoção do Desenvolvimento Sustentável), UN-Habitat, RUAF (*Resource Centres on Urban Agriculture and Food Security*), entre outras. Em 1995, o PNUD e o UN-Habitat promoveram a criação da Red Águila (*Red Latinoamericana de Investigacion de la AU*), congregando 16 países com o objetivo de institucionalizar esta prática e inseri-la na agenda dos governos locais (ATTIANI, 2011).

No Brasil também tem-se intensificado os estudos e o interesse no desenvolvimento de políticas públicas em agricultura urbana. A AUP está inserida na agenda federal e vem sendo reconhecida pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) (ATTIANI, 2011). O MDS possui atualmente um Programa de Agricultura Urbana e Periurbana destinado à inclusão social de famílias em situação de insegurança alimentar que vem sendo construído desde 2004, através da Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN). Rosa (2011) aponta que é importante revelar que o entendimento a condução da política de agricultura urbana federal se dão no bojo das políticas relativas à Segurança Alimentar e Nutricional – SAN.

O documento referencial “Panorama da agricultura urbana e periurbana no Brasil e diretrizes políticas para sua promoção”⁷ traça um diagnóstico sobre a condição da agricultura urbana e periurbana praticada no Brasil e apresenta princípios e diretrizes para orientar as ações futuras de AUP no país. A pesquisa apontou que, em relação aos atores, a sociedade civil e o

⁷ SANTANDREU, A.; LOVO, I. C. **Panorama da Agricultura Urbana e Periurbana no Brasil e diretrizes políticas para sua promoção.** Documento referencial geral. Belo Horizonte: REDE/ IPES, 2007.

setor privado são os maiores agentes de promoção da AUP, havendo uma menor participação dos governos federal, estadual e municipal. Na esfera de governo, a instância municipal é a principal responsável pela promoção da AUP (ROSA, 2011).

Na análise de Rosa (2011), apesar da existência de políticas de combate à fome e à pobreza, não se observa a valorização da AUP como fonte emancipadora destas condições, sendo tratada frequentemente como um paliativo no alcance da segurança alimentar.

O PNUD aponta os obstáculos ao desenvolvimento da agricultura urbana, como a dificuldade para encontrar terrenos nas áreas urbanas e periurbanas e a indiferença das autoridades públicas em relação à questão (BOUKHARAEVA *et.al.*, 2005; SMIT *et.al.*, 2001). Monteiro (2002) também aponta a questão da disponibilidade e alto custo da terra como um dos principais entraves ao desenvolvimento da AUP. Quando as áreas não podem ser cedidas gratuitamente ou utilizadas através de acordos específicos, a AU não consegue se estabelecer, o que leva à ocorrência da prática em áreas inseguras, em espaços ocupados ilegalmente, arrendados a curto prazo e sujeitos a regimes precários, aumentando os riscos inerentes à atividade. Essa autora sugere que, a fim de que a AU seja considerada como opção de geração de ocupação e renda, é necessário que haja um entendimento e uma postura política adequados. De acordo com Coutinho (2007) a AUP é uma prática estratégica que pode ser incluída em uma ampla gama de políticas públicas.

Santandreu & Lovo (2007) apontam, entre os problemas enfrentados pela AUP: a pouca compreensão, principalmente por parte do setor público, sobre as amplas possibilidades e potencialidades da AUP (principalmente no que se refere à viabilidade da interlocução com outras políticas); a grande insegurança com relação à continuidade das ações governamentais; a ausência ou dificuldade de acesso ao crédito (como por exemplo o PRONAF, Programa Nacional

de Fortalecimento da Agricultura Familiar, pelos agricultoras e agricultores urbanos e periurbanos); ausência de uma logística de comercialização dos produtos da AUP; elevado custo da água; dificuldade de acesso a sementes e mudas; falta de assessoria técnica qualificada; carência de planejamento e estrutura para a criação de projetos e programas de médio e longo prazo.

Os estímulos necessários à atividade incluem, segundo Monteiro (2002): disponibilidade de terra para o cultivo; incentivo à reciclagem do lixo orgânico nas comunidades, propiciando um acréscimo de nutrientes e a promoção de uma agricultura ecológica; criação de estruturas que viabilizem o trabalho de extensão rural direcionada a responder as demandas específicas da AUP, disponibilizando técnicas e conhecimentos que garantam a segurança e a qualidade dos alimentos produzidos e que possam ainda resultar no equilíbrio do ecossistema urbano; educação da população local sobre a viabilidade e as vantagens da produção de alimentos, estimulando um consumo mais saudável; acesso ao crédito, incentivando assim a geração de trabalho e renda associados à produção de alimentos; estudos e medidas direcionados à minimização dos riscos que a atividade mal direcionada possa causar à saúde e ao ambiente.

O documento referencial “Panorama da agricultura urbana e periurbana no Brasil e diretrizes políticas para sua promoção”⁸ traçou os princípios e diretrizes para uma política nacional de AUP. Como princípios, estabelece: 1) promoção da agroecologia; 2) consumo e hábito saudável; 3) construção de conhecimentos respeitando o diálogo de saberes; 4) respeito à diversidade étnica, racial e cultural; 5) promoção da equidade de gênero, justiça socioambiental e a solidariedade; 6) promoção da soberania alimentar e segurança alimentar e nutricional; 7)

⁸ SANTANDREU & LOVO, op. cit.

promoção da economia justa, solidária e familiar; 8) promoção da participação, empoderamento e autonomia dos agricultores urbanos e periurbanos.

Considerando os desafios e as potencialidades apresentados, bem como os princípios norteadores, as diretrizes para uma política nacional (a serem consideradas também na esfera estadual e municipal) são: 1) Fortalecer a consciência cidadã em torno dos benefícios da agricultura urbana e periurbana para a sociedade civil e poder público; 2) desenvolver capacidades técnicas e de gestão dos agricultores urbanos e periurbanos; 3) fortalecer a cadeia produtiva e promover ações específicas de fomento à produção, comercialização e consumo; 4) facilitar o financiamento para a agricultura urbana e periurbana; 5) promover a intersetorialidade e a gestão descentralizada e participativa; 6) fortalecer a institucionalidade e a normatização para o desenvolvimento da AUP (SANTANDREU & LOVO, op. cit.).

Em seguida serão discutidas duas questões relevantes para o desenvolvimento de políticas públicas de AUP e para o presente estudo: a questão da continuidade e descontinuidade administrativa e do associativismo e sua importância no fortalecimento da autonomia dos agricultores urbanos.

2.6 Continuidade e descontinuidade administrativa

Considerando a questão levantada por Santadreu & Lovo (2007) a respeito da “grande insegurança de continuidade das ações governamentais, que ficam a mercê das vontades políticas dos grupos que estão no poder durante a vigência das gestões” (p. 65) e da constatação, pela pesquisa realizada sobre a realidade brasileira, da ausência de políticas públicas de AUP, faremos

uma breve análise dos fatores que podem influenciar o fenômeno da continuidade e descontinuidade administrativa.

De acordo com Nogueira (2006), a busca de mais justiça social e de melhores condições de vida tem que passar, necessariamente pela liderança do Estado, o que não quer dizer que a ação pública seja exclusividade do ator estatal. Entretanto, as melhorias só podem ser consistentes, ou seja, sustentáveis segundo o autor, quando a administração pública possui um papel protagonista.

No âmbito das fundações e agências de desenvolvimento, essa sustentabilidade costuma estar ligada à questão dos financiamentos, ou seja, a capacidade de um projeto continuar a partir da geração de recursos próprios quando ocorre uma interrupção do financiamento. Já no setor público o tema da sustentabilidade se coloca de forma diferente. Neste caso, o fenômeno que pode interromper uma iniciativa em curso é a mudança de gestores a cada troca da administração, seja ela municipal, estadual ou federal, provocando o que se conhece por descontinuidade administrativa. A descontinuidade se manifesta na interrupção de projetos, obras e ações e na reversão de prioridades e metas (NOGUEIRA, 2006).

No campo das políticas públicas, a maioria dos estudos entende sustentabilidade, implícita ou explicitamente, enquanto continuidade ao longo do tempo (STOCKMAN, 1997 apud NOGUEIRA, 2006, p. 11). Para Senge (2009, apud ZARPELLON, 2011), a questão da sustentabilidade de um programa ou projeto está ligada a um compromisso com o futuro. Sachs (2002, apud ZARPELLON, 2011) ressalta que o desenvolvimento sustentável requer planejamento local e participativo. Brinkerhoff e Goldsmith (1992 apud NOGUEIRA, 2006) apontam a importância do planejamento estratégico, no sentido de produzir uma boa conexão

entre as capacidades internas de um projeto e as condições ambientais (externas). Alguns autores ressaltam a importância da questão financeira na manutenção dos projetos (NOGUEIRA, 2006).

Apesar de haver poucos estudos sobre a descontinuidade administrativa, o fenômeno é amplamente discutido e dado como fato na realidade brasileira. No senso comum, muitas vezes aparece associado às práticas de corrupção e clientelismo. De acordo com Nogueira

[A descontinuidade] se traduziria na interrupção de iniciativas, projetos, programas e obras, mudanças radicais de prioridades e *engavetamento* de planos futuros, sempre em função de um viés político, desprezando-se considerações sobre possíveis qualidades ou méritos que tenham as ações descontinuadas. Como consequência, tem-se o desperdício de recursos públicos, a perda de memória e saber institucional, o desânimo das equipes envolvidas e um aumento da tensão e da animosidade entre técnicos estáveis e gestores que vêm e vão ao sabor das eleições. (NOGUEIRA, 2006, p. 13, grifo do autor)

O trabalho de Arosemena (1990, apud NOGUEIRA, 2006) discute as consequências da descontinuidade na cultura organizacional. Sua pesquisa demonstrou que a descontinuidade administrativa gerava apatia, desinteresse, insatisfação e desilusão.

Spink (1987, apud NOGUEIRA, 2006) alerta sobre a necessidade de compreender o fenômeno, evitando associar a descontinuidade a algo ruim e indesejável e a continuidade a algo bom, pois a continuidade por si só não garante a diminuição de riscos e ocorrências indesejáveis, podendo em muitos casos levar à paralisação (o que se costuma chamar de “continuísmo”). Por outro lado, as mudanças administrativas podem abrir espaço para a renovação e modificações da cultura organizacional. Nesse sentido, Spink evidencia o “paradoxo democrático” da questão da continuidade e da descontinuidade administrativa. Zarpellon (2011) ressalta que esse fenômeno é considerado normal em muitos países, pois é parte do processo democrático.

Estudos como o de Spink, Clemente e Keppke (2001, apud NOGUEIRA, 2006) sugerem que existe mais continuidade administrativa do que o senso comum supõe, embora as explicações para isto estejam ainda pouco elaboradas. Entre os fatores que contribuíram para a continuidade

administrativa nos casos estudados por esses autores, encontram-se: fatores políticos, técnicos, parcerias com outras organizações, impacto positivo do programa e pressão de grupos locais.

Num esforço de compreender os fatores que influenciam a descontinuidade de programas, Zarpellon (2011) aponta o não envolvimento pessoal ou institucional da comunidade; o individualismo institucional que se expressa, por exemplo, na competição entre entidades parceiras pela autoria ou visibilidade com relação ao projeto, resultando na diminuição de recursos ou ruptura da parceria; o paradigma segundo o qual os programas e projetos são vistos como despesas e não como investimentos; paradigmas de curto prazo; tradicionalismo.

Para minimizar os riscos da descontinuidade administrativa, Nogueira sugere que é necessário que se combinem ações intencionais de promoção da continuidade, boa gestão, atenção a questões políticas e atuação preferencialmente organizada em coalizões.

Para Zarpellon (2011) a evidência mais reveladora é que quando as organizações locais e a própria comunidade “compram” o programa ou projeto, este tem mais chances de continuidade.

2.7 Associativismo e práticas de AUP

Para Alencar (1997, apud ALVES *et. al.*, 2011) o associativismo refere-se à atividade humana desenvolvida em um grupo social, que é constituído por uma coletividade de indivíduos ligados entre si por uma rede ou sistema de relações sociais. Os objetivos das associações relacionam-se à representação dos interesses dos associados. O associativismo representa uma opção estratégica, capaz de transformar ou modificar a realidade, ou como um instrumento que proporciona aos diferentes atores sociais meios para se adaptarem a essa realidade (ALVES, 2011, p. 8).

Os princípios do associativismo são a livre adesão (assim como é livre a saída do movimento associativo), o funcionamento pautado na equidade entre os membros (“um associado, um voto”) e no fato de que as associações resultam de uma congregação de esforços (PINHO, 2010, apud ALVES, 2011).

Para Varella e Platiau (2003) o desenvolvimento do associativismo é de extrema importância para o desenvolvimento de empreendedores com menos recursos e representa em muitos casos a única alternativa viável para o acesso à formalidade e ao desenvolvimento local (p.331).

De acordo com Ganança (2006) o fenômeno da ação coletiva institucionalizada por meio de associações civis pode ser interpretado à luz de diversas perspectivas teóricas, dentro das quais está embutida a ideia de um modelo de sociedade a partir de determinada visão ou projeto democrático. Dentro do modelo liberal, o associativismo teria uma função essencial à manutenção e estabilidade do sistema político. O autor cita Alexis de Torqueville como um dos primeiros a enfatizar a importância do associativismo. Segundo este autor, a união dos indivíduos que são fracos individualmente para a realização de ações coletivas através do associativismo é uma das maneiras de impedir que o regime democrático liberal se degenera. Dentro dessa perspectiva, as associações seriam estruturas que agregariam interesses, educando o indivíduo para o convívio social. Não há pressuposição de conflitos, considerando que os indivíduos possuem uma base mais ou menos homogênea.

Vemos, portanto, que uma das conseqüências dessa construção teórica consiste em destacar e sobrevalorizar os efeitos do associativismo sobre os indivíduos associados. As associações poderiam ser consideradas como escolas de civismo, de convivência democrática, de colaboração e de aplanamento de posicionamentos mais radicalizados com relação à normalidade e à estabilidade social e cultural vigentes. A própria estrutura associativa, formal, institucionalizada, com regras e estruturas de poder, contribuiria para essa finalidade. (GANANÇA, 2006, p. 8)

Desse modo, as associações teriam um caráter mais instrumental, ligado aos objetivos de agregação social e de interesses, do que propriamente político. Para Ganança, dessa forma retira-se do fenômeno associativo e organizacional todo o potencial transformador que ele comporta, e ele se torna um espaço de reprodução de antigas estruturas de poder.

As associações civis são apenas estruturas formais que podem tomar certas configurações e adquirir certas cores e tonalidades, somente a partir da dinâmica social que as sustenta. Se a dinâmica social que sustenta uma associação ou um campo associativo for uma dinâmica conservadora, essas organizações assim o serão. (GANANÇA, 2006, p. 17)

Em sua pesquisa de mapeamento do associativismo civil no Brasil, Ganança ressalta que o associativismo produtivo brasileiro tem uma característica eminentemente rural e que sua organização é muito influenciada pelo Estado, tendo como foco principal o fortalecimento da agricultura familiar e da agroecologia. De fato, não foi possível na pesquisa bibliográfica localizar estudos sobre o associativismo no contexto da AUP.

Costa e Ribeiro (1999) observam que, desde os anos 1980, uma característica marcante das políticas e programas de desenvolvimento rural é a institucionalização da participação dos usuários. As associações de produtores e de trabalhadores rurais constituem um dos novos canais de participação e representação. Embora se considere que sejam organizações voluntárias, elas são induzidas pelo Estado. Esse modelo associativo resulta em organizações de duplo objetivo: prestação de serviços de promoção humana e social e repasse de recursos oficiais. Segundo esses autores, a predominância de relações de dominação e dependência entre essas organizações e o Estado limita o poder de negociação das associações no plano econômico.

No desenvolver dessa prática organizativa, observa-se que o seu poder de interlocução não se resume apenas às manobras para adquirir recursos, mas isso implica, sobretudo, seu reconhecimento político, que se expressa no poder de pressão e nos resultados das articulações junto ao poder local e aos órgãos oficiais. Em que se pese esse aspecto de subordinação ao Estado, pode-se dizer que, de certo modo, a associação representa um encurtamento da distância dos direitos ou uma possibilidade de representação baseado no estabelecimento de canal de comunicação com o poder político local ou estadual,

uma forma de mediação de interesses ainda não absorvida até mesmo pelos pequenos agricultores. (COSTA & RIBEIRO, 1999, p. 6-7)

Entre os problemas enfrentados pelo associativismo brasileiro encontram-se: o desafio de harmonizar os enfoques e ações dos associados, que partem de diferentes culturas que competem entre si, fazendo com que a associação seja assumida por eles; a inadaptação dos associados aos instrumentos escritos, em contextos de tradição oral; o desafio de envolver a população em atividades econômicas mais complexas e que os projetos fiquem sob o controle dos associados e não dos técnicos; o desafio de viver um projeto de forma coletiva, considerando as diferenças e as dificuldades de integração de valores e princípios (ALVES *et. al.*, 2011, p. 10). Além destes, Araújo (2009, apud (ALVES *et. al.*, 2011) alerta para a ocorrência de situações que enfraquecem o associativismo, como a formação de grupos de produtores às pressas para conseguir algum financiamento, devido à exigência de certas políticas públicas de que o beneficiário pertença a alguma entidade associativa. Nesses casos ocorre um enfraquecimento do espírito associativista e muitas dessas associações acabam se dissolvendo. Observa-se também a necessidade de planejamento e instrumentalização dos associados, para que estes possam desenvolver sua autonomia e capacidade de autogestão.

3 METODOLOGIA

3.1 Metodologia de Pesquisa

Quanto aos objetivos, este trabalho consiste numa pesquisa de caráter descritivo e explicativo, uma vez que se pretende relatar a experiência do Programa de Hortas Comunitárias Urbanas de Sete Lagoas e analisar os fatores que contribuíram para a sua continuidade ao longo de trinta anos de existência.

Foi escolhida uma metodologia qualitativa, uma vez que se pretende estudar um fenômeno complexo, de natureza social. O método de estudo de caso, como uma abordagem interpretativa, permite buscar compreender o significado que os indivíduos atribuem às próprias ações e a de outros atores sociais (ALVES-MAZZOTI, 2006). Assim, tendo em vista os objetivos desta pesquisa, optou-se por realizar um estudo de caso sobre o Programa HCU.

A realização da pesquisa incluiu as seguintes técnicas de coleta de dados: pesquisa bibliográfica acerca da agricultura urbana e periurbana; pesquisa documental a fim de reunir informações sobre o Programa HCU; e entrevistas semiestruturadas. Foi utilizada a técnica metodológica conhecida como “Bola de Neve” (*snowball sampling*), que é uma técnica de amostragem não probabilística utilizada em pesquisas sociais, onde os participantes iniciais de um estudo indicam novos participantes, que indicam novos participantes, e assim sucessivamente, até que seja alcançado o “ponto de saturação” (BALDIM e MUNHOZ, 2001). Quando se trata de entrevista, à medida que se colhem os depoimentos, as informações são levantadas e organizadas e, a partir do aumento do volume e da qualidade das informações, o material de análise torna-se cada vez mais consistente e denso. Em certo momento, será possível

identificar padrões simbólicos, práticas, sistemas classificatórios, categorias de análise da realidade e visões de mundo do universo em questão. Atinge-se o “ponto de saturação” quando esses padrões começam a se repetir, indicando que não há informações novas a acrescentar à análise, e assim o trabalho de campo é dado por finalizado. Desta forma, o procedimento que se mostra mais adequado é o de realizar entrevistas até que o material obtido permita uma análise mais ou menos densa das relações estabelecidas naquele meio (DUARTE, 2002).

Através das entrevistas semiestruturadas, pretendia-se abordar a percepção de atores que possuem um papel-chave no programa, identificados na fase exploratória de coleta de dados e através dos contatos iniciais. Foram estes: funcionários da Prefeitura, responsáveis pela gestão e operacionalização do Programa; técnicos da Emater-MG, considerados parceiros estratégicos, uma vez que também participam tanto da gestão quanto da operacionalização; e produtores, incluindo alguns integrantes das associações de hortas. Foi utilizado um roteiro para cada um destes atores, conforme a especificidade de sua atuação, abordando aspectos da organização, percepção do papel dos atores, pontos fortes e fracos do Programa. (Os roteiros de entrevista podem ser encontrados nos Apêndices A, B e C desta monografia). A partir do roteiro, os entrevistados tinham liberdade para abordar os assuntos que desejassem.

Após a coleta de dados, as entrevistas foram transcritas e analisadas conforme algumas categorias para facilitar a discussão:

- A importância do HCU na vida dos agricultores
- Motivações
- Aspectos da gestão e organização do trabalho
- Papéis e relacionamentos entre os atores

- Associativismo e empreendedorismo
- Dificuldades
- Fatores que contribuíram para a continuidade do Programa

3.2 Notas sobre a pesquisa de campo e coleta de dados

Foi realizada uma pesquisa de levantamento de dados indiretos através de informações encontradas em artigos e publicações na internet.

A Emater-MG Sete Lagoas disponibilizou informações sobre o Programa através dos seguintes dados documentais: “Relato de Experiência em Agroecologia, Hortas Comunitárias Urbanas – Sete Lagoas (informações sucintas)”, “Regulamento das Hortas Comunitárias Urbanas de Sete Lagoas”, “Estatuto Social da Central das Associações dos Produtores das Hortas Comunitárias Urbanas de Sete Lagoas – Central HCU” e “Estatuto da Associação dos Produtores da Horta Comunitária do Vapabuçu”. O decreto de regulamentação do funcionamento das hortas comunitárias foi retirado do site da Prefeitura.

Estas informações foram utilizadas para a realização da descrição do Programa, além de algumas informações transmitidas durante as entrevistas.

Durante a coleta de dados foram realizadas sete entrevistas e três observações participantes em reuniões de associações (duas de hortas comunitárias e uma da Central das HCU), cujas gravações foram perdidas. Destas, os relatos recuperados de uma reunião e de quatro entrevistas foram validados pelos sujeitos entrevistados. O relato da reunião de uma das hortas comunitárias foi validado por um dos participantes, membro ativo da associação. Os dados validados foram utilizados na pesquisa.

Considerando as entrevistas válidas, foram realizadas:

- Três entrevistas, realizadas com dois funcionários da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo da Prefeitura, ligados ao Programa, sendo um deles a diretora de Agropecuária, responsável pelo HCU e o outro um engenheiro agrônomo;
- Duas entrevistas com técnicos extensionistas da Emater-MG Sete Lagoas, sendo um deles engenheiro agrônomo e a outra psicopedagoga, extensionista de bem-estar social;
- Dez entrevistas com produtores, sendo quatro deles considerados lideranças comunitárias e uma prestadora de serviços (contratada por um dos produtores como diarista) e os demais produtores das hortas JK e Vapabuçu.

4 RESULTADOS

4.1 Contextualização e apresentação do Programa HCU

Sete Lagoas é um município de porte médio localizado na Zona Metalúrgica de Minas Gerais ao norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte e na área central do Estado, a cerca de 70 km da capital. Possui uma população de 214.052 habitantes e uma extensão territorial de 538 km²⁹ (Figuras 1 e 2).

O município constitui um dos principais polos de concentração industrial do Estado, registrando altas taxas de crescimento econômico. Em função de sua importância econômica, nos últimos anos foi classificada em 29º lugar nacional no ranking dos 300 municípios economicamente mais dinâmicos do país.¹⁰

O crescimento econômico tem implicado num aumento populacional urbano expressivo. O município apresenta um crescimento médio populacional de 2,44% ao ano (índice superior ao encontrado na região metropolitana de Belo Horizonte, que é de 2,09%).¹¹ Sete Lagoas possui um IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) de 0,805 (PNUD, 2000), considerado elevado.

⁹ Dados do IBGE, contagem da população 2007.

¹⁰ LANDAU, *et. al.*, 2011.

¹¹ LANDAU, *op. cit.*

FIGURA 1

Localização do Município de Sete Lagoas, Estado de Minas Gerais, Brasil.
Fonte: Wikipedia, Image:MinasGerais MesoMicroMunicip.svg, Raphael Lorenzeto de Abreu; Autor: Darlan P. de Campos, 16/08/2006.

FIGURA 2

Mapa do Município de Sete Lagoas. Fonte: Google Maps

O HCU é um programa de agricultura urbana, criado pela Prefeitura Municipal de Sete Lagoas no ano de 1982. Segundo o engenheiro agrônomo Aroldo Rocha, funcionário da Prefeitura que trabalha no Programa, o HCU “é um programa de cunho eminentemente social, que tem como propósito atender as famílias carentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.” Quanto à criação do Programa, ele relata:

“O Programa de Hortas Comunitárias Urbanas do município de Sete Lagoas teve início no ano de 1982, quando foi instalada a primeira horta no bairro Manoa, com 6,4 hectares e o assentamento de 35 famílias beneficiadas. A horta foi concebida através de uma parceria entre a Prefeitura Municipal, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – Emater – e viabilizada pelo Programa Estadual de Alimentação Escolar.

O programa de hortas comunitárias nasceu como uma resposta ao fenômeno do êxodo rural das populações que aportavam no município em busca de melhores condições de vida, e novas oportunidades de trabalho e renda, na tentativa de usufruir do bom momento por que passava a economia do município.”

(Aroldo Rocha, engenheiro agrônomo da Prefeitura Municipal de Sete Lagoas, técnico do HCU, 28/11/2012)

Segundo relatos encontrados na imprensa e informais, o Programa HCU tem sido tomado como referência de boas práticas em agricultura urbana e já recebeu visitas de comissões internacionais, como do Caribe e Canadá em 2011, e de outros municípios de Minas e de outros Estados.

Em uma rara referência encontrada literatura especializada, o Programa HCU é considerado um caso de sucesso.¹² Um trabalho apresentado por pesquisadores da Emater-MG no 5º Congresso Pan-americano de Incentivo ao Consumo de Frutas e Hortaliças para a Promoção da Saúde expõe:

Ao longo da implantação das HCUs foi observado o aumento da produtividade, diversificação de produtos, aceitação dos produtos pela população, crescimento do conhecimento técnico dos produtores, maior adesão de famílias ao projeto, criação das

¹² “Sete Lagoas é um caso expressivo de sucesso; as hortas se mantêm há mais de 20 anos com apoio da Prefeitura” (CASTELO BRANCO; ALCÂNTARA, op. cit., p. 426)

associações de produtores, criação da central das associações de produtores das hortas, criação da lei de agricultura urbana municipal sugerida e construída participativamente pelos próprios agricultores e o principal, a significativa melhora na qualidade de vida das famílias.¹³

Segue uma apresentação do Programa HCU. Os dados foram colhidos de documentos e entrevistas e compilados de forma esquemática para facilitar a leitura.

Histórico:

O HCU teve início em 1982, com a instalação da primeira horta no bairro Manoa. O projeto foi elaborado em parceria entre a Prefeitura e a Emater-MG e foi encaminhado ao Programa Estadual de Alimentação Escolar (PEAE) para atendimento a 35 famílias carentes.

A segunda horta foi instalada no bairro Vapabuçu, em 1984, em uma antiga fazenda arrendada pela Prefeitura. Em 1987 foi criada a horta no bairro Nova Cidade, em área de servidão da CEMIG, sob rede de alta tensão. A horta do Manoa foi transferida em 1998 para o bairro JK, também na área de servidão da CEMIG. Em 2001 foi inaugurada a horta do bairro Cidade de Deus e em 2004 a horta do São Paulo. O projeto de criação da horta do bairro Montreal/Canadá (também em área de servidão da CEMIG) foi feito em 1999, mas como havia poucos moradores na área nessa época, a horta só foi inaugurada em 2007. A horta do Barreiro é a mais recente e foi montada com a colaboração de algumas empresas da região. A área ocupada total é de 13 hectares (dado de 2008) e estima-se que o projeto beneficia diretamente cerca de 1.500 pessoas, conforme informações da Emater-MG.

13 (CARVALHO et.al., "As hortas comunitárias urbanas de Sete Lagoas-MG. In: CONGRESSO PAN-AMERICANO DE INCENTIVO AO CONSUMO DE FRUTAS E HORTALIÇAS PARA A PROMOÇÃO DA SAÚDE, 5, Brasília, 2009.)

Não há marco legal de constituição do Programa de Hortas Comunitárias Urbanas no município de Sete Lagoas, conforme relato da Emater-MG. O Decreto N° 3.550, de 15 de agosto de 2007, instituiu o regulamento de funcionamento das Hortas Comunitárias Urbanas.

A primeira associação de produtores foi criada em 2000, com o apoio da Emater-MG. A partir de então, foi criada uma associação em cada horta, havendo atualmente 6 associações (sendo que os produtores da Horta São Paulo participam da associação da Horta Nova Cidade). Foi criada também a Central das Associações dos Produtores das Hortas Comunitárias Urbanas de Sete Lagoas (Central HCU), cujo estatuto data de 2006.

Total de famílias atendidas:

330 famílias, em 7 hortas comunitárias.

Identificação das hortas, posse da terra e número de famílias atendidas:

- Horta JK – área de servidão da CEMIG – 65 famílias
- Horta Nova Cidade – área de servidão da CEMIG – 56 famílias
- Horta Montreal/Canadá – área de servidão da CEMIG - 58 famílias
- Horta Vapabuçu – terreno arrendado pela Prefeitura – 85 famílias
- Horta Cidade de Deus – terreno da Prefeitura – 28 famílias
- Horta Barreiro – terreno da Prefeitura – 26 famílias
- Horta São Paulo – terreno cedido pela igreja – 12 famílias

As hortas estão espalhadas por diversos pontos da cidade.

Objetivos:

De acordo com o engenheiro agrônomo Aroldo Rocha, o objetivo principal do HCU é “oferecer à população em situação de vulnerabilidade socioeconômica, os meios e as condições para que possam melhorar a sua qualidade de vida”.

Segundo o decreto de regulamentação do funcionamento das hortas comunitárias, os objetivos específicos são:

- I - Gerar efetivas condições de renda familiar, ou melhorá-las;
 - II - Contribuir para a segurança alimentar e nutricional das famílias beneficiadas;
 - III - Produzir alimentos de qualidade, isentos de agrotóxicos, somente utilizando compostos orgânicos, contribuindo para a saúde dos consumidores;
 - IV - Incentivar as crianças e jovens das famílias participantes na atividade hortícola;
 - V - Diminuir o fluxo de crianças e jovens nas ruas, evitando vícios e costumes nocivos a sua formação;
 - VI - Ocupar áreas ociosas, melhorando o aspecto visual e contribuindo para o controle de vetores transmissores de doenças;
 - VII - Contribuir para a formação de cidadãos.
- (Decreto Nº 3550, de 15 de agosto de 2007)

No Regulamento das HCU consta ainda o objetivo de “contribuir para a melhoria da alimentação dos escolares, idosos e enfermos”.

Público alvo: Famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Forma de ingresso:

Os interessados em entrar no programa fazem a inscrição diretamente nos CRAS (Centros de Referência da Assistência Social) ou na Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo, que os encaminha para avaliação da Assistência Social (CRAS). O único requisito para entrar no programa é enquadrar-se nos critérios de família de baixa renda em situação de vulnerabilidade, definidos pela Assistência Social. Após parecer favorável, a família assina um Contrato de Permissão de uso do terreno com o Município de Sete Lagoas, no qual consta o número da quadra e lote, bem como os direitos, deveres e obrigações das partes. Cada família

recebe uma área de aproximadamente 360 m², denominada “quadra”, que tem cerca de 16 canteiros. Atualmente, cada família que ingressa no programa tem direito a apenas uma quadra. Alguns produtores mais antigos possuem mais de uma, visto que, inicialmente, não havia restrição ao número de quadras para cada família e os que já obtinham mais quadras puderam continuar com suas áreas.

O que é custeado pela Prefeitura: terreno (área para plantio), cercamento da área, água, energia elétrica, insumos para o primeiro plantio, transporte semanal e barraquinha para comercialização na feira livre, mini-tractor (disponibilizado através de termo de concessão de uso para as associações), transporte do esterco e pessoal para apoio (técnicos que atuam na coordenação e operacionalização do projeto, na seleção de novos produtores e instrutores de horta, e os que dão apoio técnico no local).

Forma de cultivo:

O uso de agrotóxicos e outros produtos potencialmente nocivos ao ambiente é proibido nas HCU. No início do projeto não havia essa restrição. A partir de 2003 alguns produtores receberam o Selo do Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA) de Produtos Sem Agrotóxicos SAT. Num momento posterior, o IMA deixou fazer essa certificação. Segundo uma funcionária da Prefeitura, mesmo sem o selo os produtos já são reconhecidos pelos moradores do município como sendo isentos de agrotóxicos. O controle biológico de pragas também é utilizado, através de orientações técnicas fornecidas pela Emater e da presença de pássaros e outros animais que fazem parte do ecossistema local. Existe um projeto que está em andamento para a criação de uma central de compostagem no município para abastecer as HCU e outros espaços públicos. Os produtores têm grande interesse na central de compostagem, devido às dificuldades que encontram para conseguir esterco e outros insumos.

Comercialização:

A comercialização dos produtos fica por conta dos produtores, entretanto a Prefeitura disponibiliza transporte para a feira livre semanal e barraquinha para venda. Nesse caso, os produtores pagam as pessoas que fazem a montagem da barraca. Alguns vendem em outras feiras da região ou fazem contratos com supermercados e sacolões para fornecimento regular de produtos. Segundo um dos gestores do Programa, há demanda no município para absorver a produção; alguns contratos deixam de ser firmados com os agricultores locais porque a quantidade demandada semanalmente pelos estabelecimentos é maior do que a capacidade de produção do agricultor. Muitos vendem na própria horta e na porta de casa, ou entregam os produtos diretamente nas casas.

Contrapartida: A contrapartida é o repasse da produção de um canteiro por semana para a merenda escolar. A coleta é feita toda 3ª feira por um caminhão da prefeitura.

Desligamento do Programa: As famílias não são desligadas do programa, a menos que queiram ou que descumpram as normas estabelecidas no contrato de permissão assinado com a Prefeitura. Há casos de pessoas que foram desligadas e que posteriormente foram reintegradas.

Perfil dos agricultores:

Nas hortas existem tanto agricultores antigos quanto aqueles que entraram mais recentemente. Alguns estão desde o início da criação das hortas. Muitos desses agricultores vieram do interior e tinham experiência prévia com plantio, entretanto há casos também de pessoas que nunca haviam plantado antes. Não há dados sistematizados sobre isso. Há casos em que a mulher é a principal responsável pela horta e o marido ajuda. Há também aqueles em que a

mulher dá suporte, como por exemplo, na comercialização. É comum encontrar aposentados. Muitos levam os filhos para ajudar ou para ficar na companhia deles. Para alguns a horta é a única atividade, mas há muitas famílias que a utilizam como complemento de renda, conciliando-a com outra atividade. Existem também casos de pessoas licenciadas ou aposentadas por motivo de saúde que procuram o trabalho nas hortas com fins terapêuticos, além de consumo familiar e complementação de renda. Há uma grande variação do grau de profissionalização da atividade entre os produtores.

Gestão:

A Prefeitura é principal responsável pela gestão do HCU. O pessoal responsável pela gestão e pelo suporte técnico já mudou diversas vezes durante o tempo de existência do Programa. Atualmente, o HCU fica no âmbito da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo (SDET). A Diretora de Agropecuária da SDET, Ariane Santos, é a atual responsável pelo Programa, além de coordenar o Programa de Segurança Alimentar. A equipe é composta ainda por um engenheiro agrônomo e pelos instrutores de horta, cuja função é atuar como técnico de referência nas hortas.

Ações intersetoriais no âmbito da Prefeitura incluem: a Secretaria de Assistência Social, Secretaria do Meio Ambiente, Procuradoria, Secretaria de Obras, Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão.

Parcerias:

- EMATER-MG (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural): É a principal parceira do Programa HCU, tendo um papel importante também na gestão. Foi a Emater que fez o primeiro projeto técnico para a obtenção de recursos e implantação do Programa. Possui a

responsabilidade técnica, oferecendo suporte tanto na produção, quanto na questão do associativismo, auxiliando na organização e gestão das associações de produtores. Os técnicos visitam as hortas com regularidade e participam das reuniões das associações. A Emater disponibiliza atualmente três técnicos para trabalharem diretamente com o HCU, através de convênio firmado com o município.

- EMBRAPA (Empresa Brasileira de Agropecuária) e EPAMIG (Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais): Atuam na área de produção e inovações tecnológicas. Exemplo: implantação dos tanques lonados nas hortas, que é uma tecnologia da Embrapa. A Epamig desenvolve pesquisas de inovações tecnológicas na área de produção, como um trabalho com hortaliças não convencionais que vem sendo feito junto aos produtores.
- CEMIG (Companhia Energética de Minas Gerais): Parceria na cessão de uso das áreas sob as linhas de transmissão.
- SAAE Sete Lagoas (Serviço Autônomo de Água, Esgoto e Saneamento Urbano): fornecimento de material, manutenção de bomba e abastecimento de água nas hortas que não possuem poço artesiano.
- Governo Federal: repasse de recursos através de projetos de incentivo à agricultura urbana e segurança alimentar, principalmente no âmbito do MDS (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome) e MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento).
- Banco do Brasil: Favorece a acessibilidade ao crédito aos produtores das HCU através das linhas de crédito DRS (Desenvolvimento Regional Sustentável) e MPO (Microcrédito Produtivo Orientado).

- Há também outras entidades que já participaram em determinados momentos, como o IMA (Instituto Mineiro de Agropecuária) e empresas da região.

O papel das associações:

As associações dos produtores de hortas surgiram pela necessidade de organização dos produtores e criação de uma entidade jurídica para que pudessem firmar contratos com a Prefeitura e outras entidades públicas e privadas. O contrato de permissão de uso dos tratores é feito através da associação, que tem a responsabilidade por sua manutenção, assim como pela manutenção de estufa e comercialização de mudas. A criação dos reservatórios de água da Embrapa também foi possível através das associações. Após a criação da primeira associação, em 2000, cada horta criou a sua, com exceção da horta São Paulo, que é a menor. Alguns produtores dessa horta participam da associação de produtores da Horta Nova Cidade. A Central das Associações de Hortas Comunitárias Urbanas foi criada a partir também da necessidade de uma entidade que representasse a totalidade dos produtores das HCU. As doações, patrocínios e convênios envolvendo a totalidade dos produtores das HCU são feitos através da Central.

Os produtores não são obrigados a criar associações nem a participar, mas a participação é incentivada. Os associados têm direito a um desconto na utilização do trator e na compra de mudas. As associações muitas vezes se mobilizam para a resolução de problemas do dia-a-dia, como reparos, limpeza de área, substituição de poste etc.

Mecanismos de avaliação:

Não existem mecanismos formais de avaliação de resultados ou de impacto do Programa. Os técnicos da Prefeitura participam das reuniões de associações e procuram manter um contato próximo com os produtores visitando as hortas.



Figura 3 – Horta do Vapabuçu
Fonte: M. Zadorosny – Novembro 2012



Figura 4 – Horta do Vapabuçu



Figura 5 – Horta do Vapabuçu
Fonte: M. Zadorosny – Novembro 2012



Figura 6 – Horta do Vapabuçu
Fonte: M. Zadorosny – Novembro 2012



Figura 7 – Horta do Vapabuçu
Antiga fazenda arrendada pela Prefeitura. As árvores são permitidas no terreno e integram a paisagem.
Fonte: M. Zadorosny – Novembro 2012



Figuras 8 e 9 - Horta do Vapabuçu – Imagens do Galpão do Produtor
 Fonte: M. Zadorosny – Novembro 2012



Figuras 10 e 11 - Horta do Vapabuçu
 É comum o uso de bicicletas pelos agricultores, assim como as pequenas barracas na área das hortas.
 Fonte: M. Zadorosny – Novembro 2012



Figuras 12 e 13 - Horta do Vapabuçu
 À esquerda: Produtor e técnica agrícola da Prefeitura. À Direita: Imagens da estufa
 Fonte: M. Zadorosny – Novembro 2012



Figuras 14 e 15 - Horta JK – Canteiro Central da Av. Arquimedes, Área de Servidão da Cemig
 Fonte: M. Zadorosny – Novembro 2012



Figuras 16 e 17 - Horta JK – Produtoras trabalhando na horta.
 Fonte: M. Zadorosny – Novembro 2012



Figura 18 - Estufa da Horta JK.
 Fonte: M. Zadorosny – Novembro 2012

Figura 19 – Agricultor da Horta JK
 Fonte: M. Zadorosny – Novembro 2012



Figura 20 - Horta Nova Cidade (Área de Servidão da Cemig)
Fonte: M. Zadorosny – Novembro 2012



Figura 21
Horta São Paulo (Terreno cedido pela Igreja)
Fonte: M. Zadorosny – Novembro 2012



Figura 22 - Horta Montreal/Canadá
Área de Servidão da Cemig
Fonte: M. Zadorosny – Novembro 2012



Figura 23 - Horta Montreal/Canadá
Área de Servidão da Cemig
Fonte: M. Zadorosny – Novembro 2012



Figura 24 - Sede da Associação da Horta JK.
Fonte: M. Zadorosny – Novembro 2012



Figura 25
Reunião Mensal da Associação da Horta JK
Fonte: M. Zadorosny – Novembro 2012

Análise e Discussão dos Dados

Ao longo dos 30 anos do HCU, percebe-se que o programa passou por diversas transformações, como seria de se esperar, pois, como enfatiza Crispim Moreira (2008), a agricultura é fenômeno social e político e implica em ação política. Nessa trajetória percebe-se pontos de ruptura e mudança, reconfigurando os papéis dos atores e suas interações, e pontos de continuidade. Algumas estratégias e regras também foram modificadas ou criadas ao longo do tempo. O Programa já passou por 7 administrações municipais, mudou de Secretaria, mudaram os gestores e técnicos. O número de beneficiários aumentou em 10 vezes, havendo atualmente tanto agricultores antigos quanto novos.

Constatou-se uma lacuna nos dados sobre a história do HCU. Não há documentos disponíveis a este respeito na Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo (SDET). Contudo, através de alguns documentos da Emater e relatos encontrados na imprensa e colhidos em entrevistas, foi possível identificar alguns pontos importantes na trajetória do HCU:

- Expansão do programa de hortas, com a criação da horta do bairro Vapabuçu em 1984 e da horta do Nova Cidade, em 1987. Não é possível dizer aqui se o projeto inicial previa a criação de mais hortas ou se isso se deu a partir do êxito do projeto inicial no Bairro Manoa. De qualquer forma, nas administrações seguintes o programa continuou sendo expandido, de forma a atender diferentes pontos da cidade.

- Criação das associações de produtores (cada horta possui a sua associação). Foi criada também uma Central das Associações e, mais recentemente, uma associação de agricultores familiares.

- Mudanças no papel da Prefeitura, que passou a retirar alguns subsídios do programa, que passaram a ser responsabilidade de cada produtor e das associações de produtores (corte do subsídio de sementes e redução do acompanhamento técnico e fiscalização da produção e do “canteiro de escola”).

- Mudança no sistema de plantio, com a proibição do uso de agrotóxicos e incentivo à produção orgânica.

- Mudança no critério de cessão de uso da terra, com redução da área cedida a cada família, que passou a ser de uma quadra por família.

Quanto aos pontos de continuidade, podemos destacar:

- A parceria entre a Prefeitura e a Emater, realizada através de convênio do município com a Emater-MG e a responsabilidade técnica da Emater no programa.

- A garantia de fornecimento de terreno para plantio, água e energia, por parte da Prefeitura;

Em seguida serão destacados alguns temas investigados na pesquisa que considere relevantes no sentido de influenciar a continuidade do HCU, a partir da percepção dos diferentes atores. Optei por selecionar trechos longos das entrevistas, pois assim o leitor pode compreender melhor o contexto em que as colocações foram feitas.

A importância do HCU na vida dos agricultores

Neste tópico estão reunidos relatos abordando o perfil dos agricultores, suas origens, trajetórias e a importância que atribuem ao HCU em sua vida.

Vários agricultores das HCU vieram do interior. Em sua trajetória de vida, a entrada no HCU marcou para muitos um reencontro com a agricultura, um meio de vida já conhecido, o que parece contribuir para a identificação com a atividade.

“Nós já chegamos a ter 70% dos produtores das hortas que não são de Sete Lagoas, são de outros municípios próximos, Jequitibá, Inhauma, Baldim, Prudente de Moraes, outros que vieram mais do norte.”

(Ariane Santos, Diretora de Agropecuária, SDET, 28/11/12)

“Toda vida trabalhei em roça, assim, toda vida trabalhando, mexendo com roça... desde a idade deu pequena, comecei trabalhar tinha uns 7 anos, até hoje eu mexo. [...] Minha saúde não tá muito boa mais não mas nós vão levando, né? [...] Aí eu não posso trabalhar muito mais [...] mais em casa, né, que eu mexo em casa.”

(M., agricultora que trabalha como diarista na horta, 56 anos, 27/11/12)

“Antes, a gente foi criado na área rural mesmo, em Pompéu. Quando chegou a certa idade, mudou pra cidade pra poder ir pra escola [...] eu fiz a 4ª primária mas pra poder continuar nos estudos, [...] tinha que ter condição financeira pra pagar, né, não tinha gratuito [...] mas como a gente vem de família de muita dificuldade, tinha um terreno na área rural, até vendeu mas não deu pra fazer grandes coisa, eu dependia de trabalhar pra ajudar a família. [...] Só que aí eu não pude estudar e trabalhar, porque trabalhava na roça o dia todo. Continuei na luta trabalhando, depois fui mexer com o plantio de roça com uns fazendeiro. [...] Depois foi uma indústria [...] em Pompéu, aí depois eu casei. [...] Mas a gente nunca deixou de mexer também com plantio, né, aí depois quando teve uma crise no Proálcool em Pompéu, eu vim aqui pra Sete Lagoas. Aí chegou aqui, tinha um contêrrâneo nosso que mexia na outra horta ali embaixo, onde que era a outra horta antigamente, me chamou pra entrar na horta. Ah, vamo, uai... aí eu tô na horta esse tempo...”

(J., agricultor, 57 anos, 27/11/12)

O trabalho nas HCU representou para alguns agricultores uma mudança de vida, através da melhoria da renda familiar e acesso à educação e ao mercado de trabalho. Alguns fizeram da horta um meio de vida ou a conciliaram com outros empregos e ocupações. Percebe-se um ajustamento da horta na dinâmica familiar, com o revezamento dos membros da família nas atividades relacionadas ao cultivo e comercialização dos produtos e cuidado com os filhos e a casa.

“Quando eu comecei aqui, né... na época minha esposa trabalhava de empregada, mas ela não gostava de trabalhar de doméstica, aí eu sugeri ela nós pegar uma quadra aqui pra gente poder trabalhar, né... [...] nós pegamos em 2008. Então, ela trabalhava de

doméstica, mas não gostava, né... aí eu sugeri de nós pegar a quadra e a renda que desse aqui ficava pra ela, né? E eu também gosto muito de plantar... porque lá onde nós morava, lá era agricultura mesmo, né? Então toda vida eu trabalhei mexendo com essas coisas [...] Trabalhava em fazenda. Aí devido... onde que a gente mora hoje, a gente não tem espaço pra plantar, né, aí eu falei com ela ‘o que você vender lá é seu e serve também, né, pra gente... sustento próprio’, né? E assim deu certo. Quando eu entrei aqui eu trabalhava de trocador de ônibus, nessa empresa Setelagoana, aí... neu entrar aqui, aí eu fiz um curso de vigilante, né, aí hoje eu trabalho de vigilante... Depois disso eu já tirei carteira de carro, tirei de moto, consegui comprar minha casa, que eu pagava aluguel, né... comprei uma motinha [...] Aí tem melhorado muito, né, melhorou muito a nossa vida, né. Como se diz, é uma renda extra... que ajuda muito. E nisso aí tem outras coisas que ajuda, né, dentro de casa... melhora nas despesas, né, e por aí vai. [...] e também tem o lado da minha esposa, que é uma renda mais dirigida a ela.”

(I. agricultor, 41 anos, 27/11/12)

“Que nem... quando eu entrei nessa horta aqui eu vou ser bem sincero, falá procê, eu trabalhava numa fazenda aí, e tem 14 anos vai fazer que eu moro aqui em Sete Lagoas, eu tava passando necessidade... O que eu ganhava lá não dava nem pra mim fazer a despesa de manter conta de água e luz. Aí o Seu Raimundo me deu aquela quadra ali, ele era o encarregado [...] um cara que era bom, ajudou nós muito na horta [...] E quando entrei nessa horta e comecei a plantar, meu irmão já tava aqui na horta, já plantava... [...] eu mexia com roça, mas hortaliça mesmo eu não conhecia nada, mas aí fui praticando com os outros e por aí, graças a Deus, hoje eu tô assim, tenho quatro quadra aqui. Quando eu entrei aqui nessa horta, eu não podia comprar um pneu pra mim por na bicicleta. Vou falar com a senhora... Um dia eu saí na rua, o primeiro dia que eu saí na rua pra vender verdura, e eu já tava plantando aqui. Mas eu comprei a verdura na mão do meu irmão, dos outros aí... Eu não tinha um real pra remendar minha bicicleta. Sinceramente, eu chorei que nem criança... Eu falei com Deus assim... com a situação que eu tô nela, o que que tá acontecendo comigo?... [...] Aí eu comecei a vender verdura... Comprei outra roda de bicicleta, o seu João aqui me deu uma cesta básica. [...] Aí eu fiquei 30 dias sem comprar comida lá em casa... graças a Deus, pra mim, aquilo foi a mesma coisa que... uma gema que saiu da minha mão, né? Ali, eu já comecei a firmar minhas perna [...] Já vai fazer dez anos que eu tô aqui, nove anos. [...] Aí eu comecei a trabalhar e adquirir, só ver. [...] Deus multiplicou muita coisa na minha vida, e daquela bicicleta eu passei pra uma Belina, e da Belina, passei pra uma Kombi, e da Kombi, hoje tô com a minha caminhoneteinha trabalhando, graças a Deus... hoje eu já tenho condição de doar uma cesta básica. Quase todo mês eu faço isso... é um mistério de Deus, né? Não me falta nada.”

(O., agricultor, 53 anos, 27/11/12)

“Eu trabalhava na construção civil, eu trabalhei como vaqueiro muitos anos. Eu comecei quando eu saí da escola, muito novo, então eu enfiei na agricultura, né, parti como vaqueiro. Aí, mais tarde eu resolvi voltar pra cidade e ingressar na construção civil, onde eu trabalhei durante 10 anos. Voltei, trabalhei na roça [...] lá em Pompéu tava difícil de emprego, porque era uma época muito difícil, desemprego, tinha mineração de ardósia, mas emprego era pouco, e... então eu vim pra cá, que o meu irmão já morava aqui, eu vim esperando ter um emprego também. Cheguei aqui em 94, procurei emprego, consegui emprego na época, mas por azar, três meses depois a empresa em que eu tava empregado, a empresa faliu. Eu entrei nas hortas, nas hortas fiquei, e tô até hoje. Depois de ter ingressado nas hortas, alguns anos depois eu fiz o concurso da prefeitura e passei, e trabalho com as duas coisas, a horta e a prefeitura, e também eu tenho um terreno na serra, e planto. [...] o terreno é arrendado, somos três [que fazemos] o arrendamento.”

(B., agricultor, 51 anos, 28/11/12)

Todos os entrevistados percebem o programa positivamente, considerando sobretudo a renda extra que a venda da produção representa na economia familiar. Outros pontos positivos são: o prazer proporcionado pela atividade, a oportunidade de trabalho para os que têm um nível mais baixo de escolaridade, reconhecimento, convivência com os outros produtores, oportunidade de manter o controle sobre seu tempo e seu trabalho, conciliar o trabalho da horticultura com outras atividades, remuneradas ou não. Existe um reconhecimento do papel da Prefeitura na manutenção do programa, assim como da Emater.

“Eu não posso reclamar não. Eu não largo isso aqui pra mim ganhar mil e duzentos conto lá fora, mil e quinhentos, não vale não. Que a horta é assim, se cê tem mercadoria, cê tem dinheiro. Tem vez que a renda da gente é mais alta, tem vez que é mais baixa, mas, sinceramente, graças a Deus, eu não posso reclamar não, tô muito feliz. Porque pra mim, se eu sair pra trabalhar lá fora... uma que eu me considero analfabeto, que quem tem 4ª série é quase analfabeto hoje, e eu não tenho emprego, então como é que eu vou ganhar lá fora o que eu ganho aqui? Então, nada me amola, eu trabalho tranquilo. Se eu falar que eu vou embora agora, posso ir embora agora, se eu falar que eu vou deitar aqui, ninguém vai me mandar, não tem nada que me aborrece. [...] muita coisa eu aprendi depois de velho, trabalhando aqui, eu fui pra escola. Eu falei assim ‘vou aprender’, e consegui aprender, e falei ‘vou tirar minha carteira de motorista’, e tirei minha carteira de motorista. Felicidade, né?”

(O., agricultor, 53 anos, 27/11/12)

“É um grande projeto, viu, muito bom. Ajuda muito as famílias tudo em volta, abastece a escola... tudo mais. [...] Você pode sair daqui acompanhando aqui, tudo é horta... até do outro lado de lá, tudo é horta também. [...] e as horta de lá não é bonita igual aqui...”

(Filho de H., 28/11/12)

“A horta, se você plantou, colheu, vendeu, nesse programa aqui, é lucrativo, porque a Prefeitura dá pra nós o terreno, tem muita ajuda, assim, não cobra a água que fornece pra nós, a água, pra você ver, é uma água de boa qualidade, né, que é de poço artesiano, não é qualquer água que joga nas verduras, não é cobrado de nós nem água, nem terreno, sempre que tá no alcance, se tem um problema de água, eles sempre resolve. Às vezes não resolve a tempo, como a gente queria que resolvesse mas, cê sabe, né, Prefeitura sempre tem aquelas coisa. Mas a gente só tem que agradecer a Deus pela ajuda. Quando a pessoa tem uma qualificação profissional melhora, mas pra mim, por exemplo, que fui criado na roça, né, gosto de plantio... [...] O grande diferencial pra nós, que mexe com horta comunitária, é isso, né, quando você consegue plantar, produzir, e vender, é isso. Você consegue produzir seu produto e vender ele num preço bom, porque, por exemplo, se você pegar um pé de alface aqui a 1 real, já é lucro, se vender a 1,50, é mais lucro. Então você não tem necessidade de plantar muito.

Eu posso falar que o que eu tenho hoje, por exemplo, vem do meu serviço e da horta. Nós temos uma casa que não tem luxo, mas dá pra abrigar muito bem a família, né? Nós compramos ela financiada na época, ela tinha só 3 cômodos, agora ela tem 4 quartos, uma sala grande, banheiro grande... então eu posso falar que tudo que nós temos, sem a horta... seria bem mais complicado.”

(J., agricultor, 57 anos, 27/11/12)

“Você vê que aqui em Sete Lagoas, o trabalho e a importância das hortas é consolidado. Acho que não tem governo municipal nenhum que vai acabar com um programa desses, porque o ganho social é enorme. Desde aqueles que dependem só daquele complemento de renda, como aqueles que dependem totalmente daquela renda, é super importante. [...] Tem pessoas lá que tem 30 anos de horta comunitária, que estudou filho, comprou carro, deixou de receber cesta básica, faz bem pra pessoa que tá ali trabalhando e produzindo, a sociedade reconhece as hortas, como alimento de qualidade, como distribuição de renda social, vamos dizer assim, pessoas que poderiam estar em favelas, estar com fome, estão ali produzindo, então a sociedade também reconhece. Tanto que vândalos, roubo em horta acontecem, mas é pouco. E todo mundo que vem aqui, as visitas do Estado, e de fora do Estado, até as visitas internacionais, o pessoal fica até admirado com as hortas.”

(Frank Oliveira, extensionista da Emater-MG - Sete Lagoas, 28/11/12)

Não há estudos avaliando o impacto do HCU na vida das famílias beneficiárias. Contudo, ele possui uma história longa no município e são muitos os casos das pessoas que relatam melhoria de vida em decorrência do ingresso e permanência nas hortas. O reconhecimento do valor do programa ocorre tanto por parte dos agricultores, quanto por parte dos técnicos e da população em geral. O HCU é percebido como um programa social. A função de geração de renda aparece como um fator fundamental para a manutenção dos agricultores na atividade.

Motivações

Quando questionados a respeito de sua motivação em participar do programa de hortas, a maioria dos entrevistados enfatiza o “gosto” pela atividade, associado à complementação de renda. Os dois fatores são colocados de forma complementar; a horticultura representa uma forma de renda viável, através de uma atividade que lhes é familiar. Percebe-se em algumas falas

que o fato do agricultor poder administrar seu tempo e forma de trabalhar é uma fonte de satisfação e motivação.

“É que eu mexia com roça quando eu fui pra morar em Belo Horizonte. Eu gosto demais, [...] costumei com a terra, né? Mexer com a terra. Pra mim mexer é um divertimento, se eu ficar um dia sem mexer, eu adoço. Se eu faltar um dia, tá faltando uma coisa, mas eu tenho que vir aqui mexer com as plantas.”

(O., agricultor, 53 anos, 27/11/12)

“Agora que eu aposentei, tô ficando mais aqui, mas ela [a esposa] é que trabalha aqui. [...] Ela tem quase 30 anos de horta. [...] Eu trabalhei na roça, da roça eu vim e trabalhei na siderúrgica, né. Da siderúrgica, aposentei. [...] Eu fiz 34 anos [na siderúrgica]. Eu depois de aposentado trabalhei um bocado ainda. Os menino ajudava, mas hoje os menino mais novo não que saber mais desse trem. Só eu e ela. A menina trabalha em casa de família, é casada e tem dois filhos... ela ajuda a vender na feira de domingo, da Boa Vista. [...] eu gosto [de trabalhar na horta], nossa Senhora! É uma vida, né? É saúde pra gente, né? Talvez quando eu aposentei, se eu ficasse em casa era capaz de ter até morrido, né? A vida aqui é outra.”

(E., agricultor, 62 anos, 27/11/12)

“Eu não posso falar que eu tenho... só da horta não, mas, sabe como é... porque o salário do Brasil, cê sabe que se não tem uma profissão que tem... não tem qualificação profissional pra ganhar um salário melhor, porque o salário de Sete Lagoas não é, não é boa coisa, é meio abaixo, né, então é o seguinte, a horta me ajudou demais a conquistar o que eu tenho hoje, né. [...] Eu tenho o apoio do meu irmão, que me ajuda demais, dos meus menino quando eram pequeno, hoje eles não ajuda tanto, eles vem assim, ajuda a vender, apanhar, mas consegui dar a eles estudo, né, tenho uma filha que é formada, graças a Deus, tem curso superior, o outro não tem porque não quis, não interessou fazer curso superior, tem os outros mais novo, [...] e tem outra filha também com 16 anos, que tá estudando. [...] Com a ajuda do meu irmão, dos meus filhos e também da minha esposa, vendendo, [...] que quando ela era mais nova ela ajudava a bater carrinho, ela pegava o carrinho de verdura na 4ª, saía vendendo na rua, no sábado... e com isso a gente conseguiu comprar um imóvel, pequeno, financiado, e melhorar ele também, porque a gente tá sempre melhorando ele também. Então quer dizer, se eu for depender só meu salário, sem a renda extra da horta... a gente completa o que falta, né?”

(J., agricultor, 57 anos, 27/11/12)

“Olha, o que me mantém nesse programa, além de ele dar um bom retorno pra gente, financeiro, que compõe bem a renda que eu tenho, tem mês que chega até dobrar, é bem verdade que tem vez que a gente toma prejuízo, porque plantação não é uma coisa que você tem aquele [...] todo mês, mas tem vez que a gente dobra, tem vez que a gente perde um pouquinho... mas dá pra gente levar um padrão de vida melhor, né, fazendo agricultura. E por outro lado também, você mexendo com agricultura, você se sente bem melhor, parece que até que tem uma saúde melhor... tem uma distração muito grande, que você tá envolvido com aquilo ali... É ótimo o serviço de agricultura.”

(B., agricultor, 51 anos, 28/11/12)

“Eu entrei porque eu preciso trabalhar. [...] eu não trabalho não é pra mim não. Eu só ajudo, então trabalhando pra essa dona. [...] Trabalho por dia.”

(M., agricultora que trabalha como diarista na horta, 57 anos, 27/11/12)

Ainda sobre a complementação de renda, as vendas diárias representam um “dinheirinho extra” que vem do mercado informal. Os agricultores falam da complementação da alimentação da família através dos produtos que plantam ou compram dos colegas das hortas.

“Tavam aí mexendo com a horta, eu falei, ah vou pegar uma quadra aqui que já me ajuda... porque aposentadoria, já viu, vai lá no banco e fica tudo na rua, pagando conta, aí fica o mês inteiro todo sem dinheiro e é brabo... [...] os fregueses já procura ali mesmo e compra. [...] Dá um dinheirinho pra gente, é uma lotação, é comprar um pão, é um leite pro menino, né. Aí foi por isso que eu peguei, porque se a gente não fizer nada, tem dia que não tem dinheiro nem pra comprar um pão, então... aí não, aí a gente tá lá toda hora um chega, vende um molho de couve, um molho de cebola, é uma coisa, é outra, quer dizer, a gente tem que ter um trocado, né, dentro de casa.”

(H., agricultora, 59 anos, 28/11/12)

“Aqui, às vezes tem hora que eu não tenho nenhum centavo aqui no bolso, aí chega uma pessoa e me compra 3, 4, 5 real de verdura. Eu saio ali na rua, se apanhar uns 20 molho de verdura aqui, eu vou ali, trago 20, 25, 30 conto, rapidinho, né? Então é uma bênção, né minha filha? A pessoa não pode ter preguiça de sair né? Se você encostar e ficar esperando aqui, aí o trem fica apertado. Mas o que cê jogar na bicicleta, chega na rua ali, que vende, cê vem com o dinheiro no bolso! Sempre tem o dinheiro do pão, graças a Deus, não falta não.”

(O., agricultor, 53 anos, 27/11/12)

“Lá em casa dentro de casa, o que a gente não consegue vender, dentro de casa a gente consome bastante verdura também, né, pros parente a gente dá também... e eu tenho um vizinho que cria muita galinha. Então o que sobra aqui eu dou pra ele tratar das galinha. Então aqui comigo não tem desperdício, não, né.”

(I. agricultor, 41 anos, 27/11/12)

Além dos fatores já mencionados, I. acrescenta o convívio com os outros agricultores e a experiência na associação:

“Uma das coisas que mais me motiva é que eu gosto mesmo... eu tenho aquele prazer de plantar. O povo fala que cada um tem uma vocação, eu acho que minha vocação tá aí... (risos) eu gosto mesmo de trabalhar com a terra. Então uma das motivações é essa, né, aí é a motivação por tá trabalhando... e tem outra... de tá aqui também, é uma turma boa, né... [...] a gente mexe na associação, que não é uma coisa muito fácil, né, a gente também fica olhando que tem aquelas pessoas que realmente precisa, né, que sobrevive diretamente disso aqui. Então a gente faz a parte da gente pra que a coisa funcione, né?”

(I. agricultor, 41 anos, 27/11/12)

Para os técnicos envolvidos na gestão e execução do HCU, a identificação com o programa e sua importância social é um fator motivador. Eles fazem referência a diversas histórias de superação e crescimento dos beneficiários.

“Quem trabalha lá, as pessoas que trabalham, trabalham com a alma, gostam de estar, todas as pessoas que vem, que conhecem, apaixonam pelo programa. Tem cada história lá, a gente conversa... o que a vida mudou, das pessoas que estão lá. Nós vamos homenagear agora... deve ter uns 18 produtores que estão lá desde a primeira horta. Então assim... tem muita história [...] a gente apaixonou.”

(Alcione Teixeira, extensionista da Emater-MG, 28/11/12)

“Na verdade, eu falo por toda a equipe, a gente faz das tripas o coração pra poder fazer a coisa funcionar, porque não tem meio não. Porque se nós ficarmos esperando, nada vai acontecer, porque não tem recurso. Quando a gente tem uma oportunidade a gente faz. Igual lá na Horta Cidade de Deus, nós fizemos um sistema de irrigação [...] tudo isso é recurso que vem através de empenho nosso [...] não é coisa de relação institucional não, é coisa pessoal que a gente se empenha e acaba conseguindo [...]. A gente veste a camisa mesmo.”

(Aroldo Rocha, Eng. Agrônomo, funcionário da Prefeitura, 28/11/12)

“Tem um envolvimento mais pessoal que institucional. [...] É a mesma situação do produtor que tá lá na horta. Se ele não abraçar, se ele não entender que aquilo é pro crescimento dele, pra melhoria da vida dele, ele não dá valor. Então é o caso da gente, se a gente não abraçar, se não fizer serviço que não é o da gente... então não dá. [...] Se eu ficar uma semana sem ir na horta, ou for mais em uma que na outra, eles falam... [...] Tem que ter esse envolvimento, um profissional pra trabalhar nessa área que a gente trabalha, ele tem que gostar.”

(Ariane Santos, Diretora de Agropecuária, SDET, 28/11/12)

Aspectos da gestão e organização do trabalho:

No HCU, os agricultores são responsáveis pela gestão de suas quadras, como por exemplo, o modo de trabalhar, escolha da produção e comercialização. Existem algumas restrições com relação às espécies que podem ser plantadas, de acordo com o regulamento de cada horta, como também a proibição do uso de agrotóxicos. A comercialização varia. É muito comum a venda na própria horta. Muitos produtores vendem na rua ou na porta de casa e nas

feiras que acontecem no município, principalmente a da Boa Vista, que é a feira livre da Prefeitura. Essa autonomia dos produtores é colocada pelos técnicos da Prefeitura como uma característica positiva do HCU, como na fala abaixo:

“Em Teresina, quem faz todo o planejamento são os técnicos da própria secretaria, os indivíduos não têm muita autonomia. Eles fazem o que a equipe técnica planeja pra eles. Mas o que acontece quando você leva um estilo desse de administração, não gera independência pro indivíduo, e o indivíduo não cresce. [...] Você tem que dar liberdade, a liberdade é que vai gerar a criatividade. Então o nosso programa demora mais? Demora, mas ele vai criar um produtor que vai se tornar independente, [...] é um estilo totalmente diferente do que tem lá em Teresina. [...] Eu acho mais interessante ter essa liberdade, nós podemos até criar um sistema de ter uma produção programada, mas negociado com eles, pra eles saberem o que estão fazendo.”

(Aroldo Rocha, Eng. Agrônomo, funcionário da Prefeitura, 28/11/12)

Tanto há os agricultores que se dedicam em tempo parcial para atender a outras prioridades, como os cuidados com a família ou outro emprego, quanto aqueles cuja renda vem exclusivamente das hortas, que contratam ajudantes e buscam meios de expandir seu negócio:

“Todo tempo, minha rotina é só aqui mesmo na horta, não tem mais ‘se-virame’ nenhum, só na horta. Todo dia, 6 hora da manhã, 5 e meia, cê pode me caçar aqui que cê me acha aqui já, daí pra 5 hora da tarde, 6 hora, eu vou embora.” [O Sr. contrata alguém?] Toda semana tem esse menino que trabalha pra mim um dia, o mais é eu, eu e Deus. Eu chego, luto aqui, e 5ª eu começo a sair pra fazer minhas entreguinha. 5ª, 6ª, sábado. [...] Nas casas, eu tenho meus fregueses. No dia que eu não passo, eles ficam doido pra saber o que aconteceu comigo. Eu parei de entregar pra eles, comecei a entregar pro sacolão aqui, perto da várzea ali, eu passei foi prova com esse homem... Minhas verdura começou a perder, meu negócio só lá ia dando errado. Quer saber? Eu larguei pro lado e comecei a pegar meu serviço de novo [...] na porta de casa, eu vendo na base de 70 a 80 molho de verdura.”

(O., agricultor, 53 anos, 27/11/12)

“Eu forneço pra uma mercearia, né... de 2ª a domingo. Só que a de domingo ele pega no sábado. E eu tenho bastante freguês que vem aqui também... apesar que nessa época da chuva eles somem, mas tem bastante... (risos) e tem um ponto lá na porta de casa todo domingo. [...] Lá tem domingo que a gente leva pouca verdura [...] aí depois que fecha o portão ninguém guenta (risos), mas graças a Deus o ponto lá é muito bom, vende bastante, e o povo lá já conhece a gente, né? A dona F. também vende lá [...] e haja verdura... [Chega a perder verdura?] Não... eu não tô dando conta é de fornecer, né... que nem... época boa de verdura tudo bem, mas nessa época agora que é uma época mais difícil, tem que tá regrado um pouquinho, a gente já diminui um pouquinho, senão a gente não consegue... [...] Mas graças a Deus o que produz vende...”

(I. agricultor, 41 anos, 27/11/12)

“Pra trabalhar lá mesmo é eu. Os meninos de vez em quando eles vai lá dar umas enxadada, mas no mais é eu mesma. [...] Eu não fico muito tempo... eu vou lá de manhã aí umas 10 horas eu venho embora. Aí vou arrumar casa, fazer almoço, mandar menino pra escola, aí de tarde eu torno a voltar lá um pouco.”

(H., agricultora, 59 anos, 28/11/12)

“Se Deus quiser eu aposento inda esse ano, aí vai dar pra nós organizar bem a horta, mais na base de orgânico, né? Nós plantava orgânico uns tempo atrás aí, mas tivemos que parar por causa de produto, né. Porque pra plantar orgânico, cê depende dos produtos que a planta precisa, né, então a gente não teve tempo pra fazer uma compostagem bem feita... porque sem alimento, a planta não veve, né, não tem como ela desenvolver.”

(J., agricultor, 57 anos, 27/11/12)

É comum encontrar casos como de H., J. e O., cujas famílias conciliam as atividades na horta com o cuidado de crianças. São vários os casos de idosos que assumem a responsabilidade de criação dos netos.

“Olha, eu vim de Belo Horizonte praqui, eu sou de Valadares [...] morei em BH muitos tempo. Morei numa vila lá 18 anos [...] criei 3 filho, 2 filho e uma filha. Hoje todos são casados, graças a Deus, e de lá eu comprei meu lote aqui, construí, e hoje, eu tenho onde eu casar meus filhos tudo aqui. [...] graças a Deus tudo pago.[...] [Quando entrou no HCU] tava trabalhando em fazenda, pegando bico... a gente servia de escravo lá, né minha filha? O que ganhava lá era... não dava pra gente manter as despesas da casa. Ganhava muito pouco, aí vim praqui e dessa época, manti aqui dentro, graças a Deus, e fui trabalhando. [...] Meus filhos hoje tá fichado, trabalha, já casou, por conta deles. A minha esposa, ela tem vontade de vir me ajudar, mas ela é muito doente. E mais, alembre disso, eu criei três que tá casado, mais [...] 3 que perdeu a mãe, a mulher do meu cunhado, irmão dela, [...] mudaram praqui, e é nós que olha. Nós cuida de 3, então é por isso que ela não vem, né?”

(O., agricultor, 53 anos, 27/11/12)

“Ela [a esposa] trabalha só mesmo em casa, né, e vende verdura. Porque não dá tempo pra fazer outras coisa, complicado. [...] Ela fica mais com a parte de venda. [...] Então com o dinheiro que ela ganhava dava pra gente pagar a conta de água, a conta de luz, e comprar material pra gente, pra mexer na construção. Porque sem a renda da horta não dava pra fazer isso, né, a gente podia até fazer, mas seria, ela teria que procurar um emprego, seria bem mais complicado pros menino ficar em casa, estudar. Os meninos iam ter que procurar um serviço mais cedo, estudar à noite, né, só a minha menina, que quando fez faculdade teve que fazer à noite.”

(J., agricultor, 57 anos, 27/11/12)

“Na horta, quando começou a fazer eu já morava aqui. Aí eu peguei uma primeira vez, mas fiquei pouco tempo, entreguei e depois eu peguei de volta. [...] que quando eu peguei eu tava olhando o neto, ele ainda tava pequeno, tava dando trabalho demais, aí quando ele ficou maiorzinho, eu peguei de novo. [...] aí tá com 7 anos que eu comecei

de novo. [...] A mãe dele morreu e o pai também, como é que deixa? Agora ele tá com 9 anos, mas dá trabalho a mesma coisa, nunca vi, os menino de hoje é difícil demais...”

(H., agricultora, 59 anos, 28/11/12)

A oportunidade de gerir o próprio trabalho aponta como um fator de empoderamento dos agricultores e das famílias. Cada família compõe seu próprio arranjo com relação à quantidade de tempo dedicado à atividade, investimento, funções etc. O controle sobre o próprio tempo e sobre o trabalho parece um dos fatores que contribuem para elevar a autoestima e o nível de satisfação com a atividade.

Papéis e relacionamentos entre os atores

Três atores interagem constantemente no Programa – agricultores, Prefeitura e Emater. As associações também poderiam ser consideradas, mas serão discutidas em um tópico à parte. Existem ainda muitos outros, que atuam de forma mais pontual ou temporária, e não serão focalizados aqui. Neste tópico são abordados os relacionamentos entre os agricultores nas HCU, deles com os técnicos da Prefeitura e da Emater, e desses dois parceiros entre si.

Uma reclamação dos agricultores diz respeito a uma falta de fiscalização e controle por parte da Prefeitura quanto ao cumprimento das regras nas hortas. Agricultores e técnicos da Emater levantaram também a questão da necessidade da Prefeitura, como gestora do programa, de dar respaldo às associações. O relacionamento entre produtores e associações também apresenta pontos conflituosos, que serão tratados mais detalhadamente no tópico do Associativismo. Os técnicos da Prefeitura falam da necessidade de se criar uma relação de confiança com os produtores.

“Essa proximidade que a gente tem com o produtor, é fundamental pro trabalho. Porque vem um e fala... ‘porque a água dali tá direto pingando...’ [...] você pensa assim, ‘ah isso é uma picuinha entre produtor’, ‘ah, ele abriu umas dez torneiras lá na quadra dele’, você pensa ‘tá fazendo fofoca’... mas pra gente não é uma fofoca, porque a partir do momento

que derivar muitas torneiras na quadra, vai abaixar a pressão da água e eles vão começar a reclamar... [...] eles não sabem, mas isso é um dado técnico que eles têm nos passando. Então, ter essa proximidade, de ir lá, de conversar... ‘como é que tá a família...’ e você consegue colher muita informação, que a gente vai trazer aqui pra dentro pra trabalhar. Os problemas com família... às vezes a quadra tá abandonada e você vai descobrir, a pessoa tá com algum problema de saúde, problema em casa...”

(Ariane Santos, Diretora de Agropecuária, SDET, 28/11/12)

“Às vezes é uma conversa boba, que parece que não tem sentido nenhum, aí você pega um produtor daquele e começa a conversar, e tem sempre aquele que tem mais informação, que gosta mais de se relacionar, e você tá ali conversando, e ele vai e te passa um bocado de coisa, ele nem sabe, mas você tá ali, captando e vai tirando suas conclusões.”

(Aroldo Rocha, Eng. Agrônomo, funcionário da Prefeitura, 28/11/12)

“Tem situações que se você tira a quadra daquele indivíduo, você acaba criando um quadro mais difícil pra ele. Pelo regulamento [...] aí todo mundo vem cobrando... ‘a quadra dele tá suja, tem que tirar’... mas a gente segura [...] A gente teve um problema de alcoolismo na horta, com uma produtora [...] chamava ela aqui, dava uma advertência, conversava, dava outra advertência... até que eu tive que tirar ela da horta. [...] brigou com o companheiro lá, alcoolizada [...] tive que tirar ela de lá. Você fica com o coração na mão, porque você sabe que a pessoa não tem ajuda nenhuma, [...] aí o que a gente fez: ‘como você trabalha bem, você continua trabalhando na horta, você ajuda, sem ter a quadra’. Ela já tinha o costume de prestar serviço pra outros, então ela continuou lá, até que ela conseguiu se restabelecer, melhorar, e ela já foi reintegrada, não bebe mais, então... a gente procura respeitar essas questões particulares... Tem pessoa que a gente nem acha que vai dar conta de recuperar, e consegue.”

(Ariane Santos, Diretora de Agropecuária, SDET, 28/11/12)

Acerca dos relacionamentos entre os agricultores, a maioria fala da existência de uma relação de respeito e algumas amizades. Há muitos que possuem parentes também trabalhando nas hortas.

“Ninguém me amola não, graças a Deus [...] eu pra mim, a pessoa que eu vejo que ele é meio esquisito, eu não procuro ele. Se chegar perto de mim ele me respeita, eu também respeito. Se a gente ficar em quadra dos outros, caçando conversa, sempre dá uma fofquinha, mas se a gente fica na quadra da gente trabalhando, cê não ouve conversa fiada, não vê problema. [...] Então eles persegue muito as pessoas aqui. Eu fui muito perseguido. Mas nem Deus agradou a todos né? É a vida, né? O que é bom a gente colhe pra gente, o que é ruim, cê deixa. Se a gente for esquentar a cabeça com tudo, cê vai arrumar inimizade com todo mundo. Hoje a gente tem que fingir de cego e mudo. E surdo, né? (risos)”

“Eu vi a morte um punhado de vez, perdi a força do corpo. Fiquei uns 30 dias ruim mesmo [...] fui pra Belo Horizonte. Eu fora, Deus trabalhou. Porque 30 dias... a horta ficou mais bem olhada que quando eu tava aqui, o pessoal juntaram aí e cuidaram direitinho, graças a Deus. [...] Tem mais gente boa que gente ruim.”

(O., agricultor, 53 anos, 27/11/12)

“Entre a gente, só soma bem também... tem algumas pessoas mal entendida, cabeça dura... mas devagarzinho você consegue levar eles. A convivência é boa... não vamo dizer ótima não, porque, como te falei, tem gente que causa muito problema, pessoas mal entendida, mas setenta por cento dessas pessoas é bem entendida, que queira crescer também.”

(B., agricultor, 51 anos, 28/11/12)

A parceria entre Prefeitura e Emater existe desde o início do programa, através de convênio. As relações institucionais e o papel de cada parceiro já sofreram variações de acordo com as mudanças nas administrações municipais e quadro de funcionários.

“Desde o primeiro projeto técnico, pra conseguir recursos para implantar, foi a Emater que fez. Então, a responsabilidade técnica é da Emater. Inclusive a contratação de técnico agrícola e agrônomo foi no último concurso que teve na Prefeitura, nunca teve. Então essa parte, toda vida foi responsabilidade da gente. E sempre a gente faz um trabalho em parceria, né? [...] quando tem um bom relacionamento com a equipe da Secretaria de Agricultura, as coisas deslancham muito melhor. Então, em alguns momentos tem certas dificuldades, mas eu acho que o sucesso do negócio se dá nessa parceria. Principalmente quando tem duas equipes técnicas, porque um fala, o outro fala, até dentro da própria Emater. A gente até divide comunidade e horta, que um técnico vai e o outro vai, porque cada um fala uma coisa, a gente perde até a confiança. Então a gente tem esse acordo, que quem cuida dessa parte é a Emater, dessa parte técnica. Tanto na parte de gestão também [...] A gente foi percebendo que tinha algumas coisas, que eles tinham necessidade de se organizar. Foi de necessidade que a gente percebeu. E a gente conversou com eles, e atua mais nessa questão do associativismo, que através dela, você trabalha ‘n’ coisas [...] Eu gosto muito dessa parte de organização, porque eu acho que, com toda dificuldade que tem pra trabalhar nessa área, eu acho que é ela que consegue estar alavancando as outras ações, os outros problemas, inclusive técnicos.”

(Alcione Teixeira, extensionista da Emater-MG, 28/11/12)

“[Sobre a participação da Emater] Na verdade a horta é uma bandeira deles também. Participam bastante, [...] nos auxiliam muito na gestão das associações, tem os engenheiros [...] Tem os programas deles, igual o Minas Sem Fome, eles acabam buscando quando possível recursos pra horta, eles têm curso de capacitação pra iniciantes. Isso tá no convênio, então a gente tem uma relação estreita com eles.”

(Ariane Santos, Diretora de Agropecuária, SDET, 28/11/12)

A assistência técnica é prestada pela Emater-MG e mais recentemente por técnicos da Prefeitura, os instrutores de horta, cujo trabalho é dar orientações aos produtores e levar informações para a SDET. Percebeu-se que os produtores mais profissionalizados buscam mais a

assistência técnica, enquanto os mais inexperientes solicitam menos e acabam ficando mais desassistidos.

“O apoio técnico é suficiente... é ótimo, porque eu vejo, eu conheço várias região aí que tem técnico, e não dá a assistência que a gente tem aqui em Sete Lagoas. Eles são muito eficientes, tanto faz por parte da Emater, como também alguns que tãõ dentro da Prefeitura também, como funcionário da Prefeitura. A gente tem apoio também dos técnicos da Epamig, da Embrapa, né... o apoio técnico é ótimo.”

(B., agricultor, 51 anos, 28/11/12)

“Olha, a Emater dá assistência nós aqui, isso aí não posso reclamar deles não. Sempre no meu apoio aí, quando eu olhava (na associação), sempre me deu apoio. Uns chega e senta a ripa neles aí, mas assistência dá. Sempre tá aí, ajudando, dando apoio. Pessoa da Prefeitura, da Emater, sempre que eu precisei, me deram muito apoio aqui.”

(O., agricultor, 53 anos, 27/11/12)

“Eu acho que não é não [suficiente]... Assim, no meu caso, eu interrogo um pouquinho, pergunto, eu gosto, sabe? eu valorizo, eu respeito, né? Mas aqui já tem aquelas pessoas... tem produtor que tá aqui há muitos anos, eu já até ouvi um falando que pega qualquer técnico e põe debaixo do braço... só que ele tá errado, né? Então devido eles pensarem assim, eu acho que os técnicos afastam um pouquinho. Igual na estufa mesmo, a técnica chega aí e determina uma coisa e tem gente que vai lá e manda fazer outra e eu acho que ela fica achando um pouco ruim. Mas eu acho assim, que com os produtores, devia ter uma atenção melhor. Porque aqui tem produtor, igual esse produtor ali, ó, tá vendo no fundo, o mato ali? Ali é uma dona, uma produtora. Tem quatro anos que eu tô aqui, quatro anos que ela vem, capina direitinho, mas não consegue plantar nada, ela não consegue fazer um canteiro, por quê? Falta de apoio técnico, né, de chegar e falar ‘é assim que deve proceder’, né? [...] Eu não sei qual o critério, né? Eu já cheguei a contar 3 meses sem a técnica vim cá, né. Eu acho que não pode, né? No meu caso nem faz tanta falta porque eu já tenho uma experiência, né, eu nasci acompanhando papai plantando, tem vários aí que tem também, mas tem outros aí que não tem essa noção. Então aí é onde eu acho que já precisava de apoio técnico, né, ainda por cima uma horta orgânica, aí que a gente precisava mais de apoio técnico, né. [...] Nós estamos sem instrutor [de horta] um bom tempo, né, mas quando é um instrutor bom, resolve, mas tem um bom tempo que a gente tá sem instrutor.”

(I. agricultor, 41 anos, 27/11/12)

Um dos pontos importantes no que diz respeito às relações institucionais é a existência de uma relativa estabilidade da parceria entre Prefeitura e Emater, pelo menos nesse momento do Programa. Ainda com a expectativa da troca de prefeito, não se espera ruptura ou descontinuidade. A presença da Emater desde o início do Programa provê um suporte importante, tanto do ponto de vista técnico quanto do apoio às associações de produtores. Encontra-se nas

falas de cada um dos atores tanto elogios quanto críticas com relação à atuação dos outros, sejam indivíduos ou instituições. Entretanto, pode-se pensar que as relações pessoais e afetivas desenvolvidas entre os atores fornece um suporte para o desenvolvimento das atividades.

Associativismo e empreendedorismo:

Nos relatos dos agricultores e técnicos, as associações surgiram como uma necessidade de institucionalizar a atividade dos produtores das HCU. O associativismo marcou um momento em que os produtores passaram a se tornar mais independentes e as decisões passaram a ser mais negociadas. As lideranças nas associações reclamam da falta de compreensão dos produtores das HCU quanto ao papel da associação e da postura de desconfiança.

B. fala sobre sua experiência com o associativismo, como um processo de crescimento pessoal e de mudança nas relações dos agricultores com os técnicos da Prefeitura.

“A Associação, a gente começou ela parece que foi em 2001, 2002... [...] essa associação aqui foi a primeira a ser criada, porque na época tinha um prefeito que chamava Canabrava, ele deu muito apoio pra criação, foi até ideia dele junto com Alcione, né, e ela abraçou a causa e incentivou nós pra criar essa associação... e eu fui o primeiro presidente... né, foi uma coisa que eu nunca tinha feito na vida... me empurraram lá dentro (risos). E na luta a gente foi ganhando experiência, ganhando experiência, e por outro lado, também, a experiência que eu ganhei eu devo muito a ela, porque... o incentivo que ela me dava, os treinamento que ela me dava, foi aí que eu fui pegando o macete da coisa. [...] Agora... hoje eu tô fora, [...] agora ano que vem nós temos eleição de novo e não sei o que vai ser feito, se vai ter alguém disponível pra assumir uma candidatura, né, mas... a vivência da associação foi ótima... eu aprendi muito com elas. E além do aprendizado que eu tive com a associação, tanto faz o lado psicológico, e também dentro da agricultura eu consegui aprender mais, porque... também além de ter que sair muitas vezes visitando outros local pra poder... repassar pro pessoal aqui, eu também aprendi muito lá fora, com as pessoas lá fora. Então foi um aprendizado ótimo que eu tive, que eu devo à associação. E ela também trouxe pra gente uma coisa que a gente não tinha aqui, além de união, mais facilidade e mais respeito pela Prefeitura. Porque antes a Prefeitura chegava... todos que entraram nas hortas, entraram não, entram até hoje, só que são funcionários e cargos de confiança, né, só que não é um funcionário efetivo. Então entrava aquelas pessoas que chegava e achava que aqui era uma firma e que nós éramos empregados, e queria ditar as regras... então havia muito problema, havia muita confusão, briga [...] com os funcionário que vinha, então muitas vezes teve até polícia nas hortas. Então depois que formou a associação, acabou, aí houve aquele respeito. Nenhum funcionário chega mais de qualquer jeito, tudo que vai fazer vem procurar a associação, tomar opinião com a associação... foi um ganho muito bom que teve...

[E você acha que o pessoal compreende o papel da associação e participa?]

Não, a maioria não. Tem muita gente ainda que não encaixou na associação, parece que isso não entrou na cabeça deles, eles não vê que hoje... a gente já acabou de crer, sem a associação, a horta não funciona mais, que se a associação acabar hoje, eu creio que o período de vida das horta é muito curto porque não tem como sobreviver mais sem a associação. E muita gente ainda que não entendeu isso. Só vão entender a partir do momento que ela acabar, aí que eles vão sentir... se deixar acabar, que se acharam ruim com ela, sem ela é pior ainda.”

(B., agricultor, 51 anos, 28/11/12)

Muitos agricultores vêm a associação como uma prestadora de serviços. Em algumas falas, como de H. os membros da diretoria das associações são vistos como “chefes” ou aqueles que “estão no comando”.

“Agora, tem uns tempos pra cá, que piorou bastante esse negócio aí principalmente na estufa. Tá assim, o povo tá saindo quase tudo da associação... e inclusive os que tinha entrado primeiro, que toda vida tava mexendo, saiu, todo dia entra uma menina e sai [da estufa], faz as mudas... não sai, não sei o que que tá arrumando que as mudas não tá saindo... a gente planta, amarela tudo, tem que tá arrancando e jogando tudo fora. Então o povo tá saindo quase tudo da associação, eu falei, eu vou sair também, porque tá todo mundo saindo... Você vai comprar uma bandeja lá é 12 reais, pra quem paga a associação, pra quem não paga é 20. Mas você vai e planta e tem que arrancar e jogar o canteiro todinho fora, uai, como é que faz? [...] Aí o povo tá saindo tudo... eu falei, se o povo tá saindo tudo eu vou cascar fora também. [...] Eles falam que a gente é associado, porque todo mês a gente paga lá. Agora é 5 reais que a gente paga. Mas cargo, alguma coisa lá dentro eu não tenho não. Mas muita gente que tinha tá cascando tudo fora. Agora mesmo essa horta acaba, né... porque eles que era ‘chefão’, entendia tudo, saiu... tá doido! Tem muita gente largando a horta aí, não sei por que motivo... tem gente que tá deixando a associação, outros tá deixando é tudo.”

(H., agricultora, 59 anos, 28/11/12)

“Ah, essa associação aqui, eu acho uma coisa muito mal organizada, porque quantos anos de associação, e que nada, não faz nada, não pode tirar um centavo da associação pra fazer nada. É tudo praquela estufa lá, tudo que faz, esses anos todos, tudo que pagou pra associação... o dinheiro vai só pra estufa. Aí põe uma funcionária sai, o fundo que tem é tudo pra funcionária. Troca, põe outra funcionária, a outra funcionária trabalha mal, não dá certo... muda muito ruim [...] porque como é que cê vai pagar uma coisa a vida toda se cê não vê resultado nenhum? Eu pago, porque ao menos o canteiro, tem um tratorinho que pica os canteiro... [...] Então eu acho que é uma bobagem, essa associação, pra estufa é uma bobagem, só dá prejuízo.”

(S., agricultora, 58 anos, 27/11/12)

Parece haver uma confusão de papéis entre a Prefeitura e as associações. Alguns produtores viam a associação como uma tentativa da Prefeitura de retirar o apoio das hortas. J.

fala do processo de mudança das relações entre os agricultores e a Prefeitura com o surgimento das associações.

“Hoje mesmo eu tava discutindo isso aqui com um produtor, né... Que ele tava falando que a associação daqui anda parada, não faz nada, que as rua tá tudo suja, não sei quê... aí eu falei com ele... o objetivo da associação é administrar a estufa, banheiros, e... se puder... [...] Mas o nosso objetivo principal é a estufa, zelar da estufa, porque lá, tem as pessoas que trabalha lá que recebe salário, 13º e tudo, né. Então tem que cuidar lá até pra gerar essa renda. Aí tem a manutenção dos banheiros que é faxina, né, essas coisas, também é por conta da associação. E aí... tem quando arrebenta um cano, tem uns tratorzinho também que corta canteiro, a associação é que administra isso. E agora o sistema de água, abastecimento de água, essas ruas em torno que passa carro, isso já é obrigação da Prefeitura, zelar da cerca... A associação é mais voltada pra estufa e... tem hora que a gente pega e faz outras coisas que é obrigação da Prefeitura, mas eles demoram um pouquinho, aí a gente vai e faz, né, principalmente em termos de limpeza, porque não custa, né, porque é bom pra gente mesmo. [...] Então eles acham que a obrigação de tudo é da associação. Eles não vêem que a associação é um todo, eles acham que é só aqueles que estão ali integrando a chapa mesmo. Então a maioria não tem essa noção do que é uma associação, pra que serve.”

(I. agricultor, 41 anos, 27/11/12)

“A horta, quando ela foi criada... ela foi criada num sistema assim... da Prefeitura dar tudo, e quando eu comecei lá, por exemplo, em 89, [...] eu ainda peguei uma parte, eles doavam adubo, só que não tinha muita prevenção sobre defensivo, é... agrotóxico pra combater doença, eles usavam ainda pra combater doença em verdura..., adubação química, eles dava, tinha um galpão que ficava cheio de adubo, à base de nitrogênio... adubo de plantio, então tinha muita coisa. Tinha muita doação de esterco, o pessoal que mexia na época, os fazendeiro parece que não fazia muita conta de esterco, e doava muito, né, então tinha muito esterco... Só que com isso teve um inconveniente, né, teve uma ajuda muito grande no início, com muita coisa, eu não cheguei a pegar esse período, mas parece que quando começou mesmo, eles davam até leite pro pessoal da horta. Tinha muita coisa mesmo, ferramenta, cê não precisava de comprar, carrinho, não precisava de comprar, eles doavam. Mas só que [...] como o pessoal acostumou ganhar tudo, quando passou praqui, antes até o pessoal da Prefeitura sempre falava pro pessoal formar uma associação, pra ficar mais bem organizado, né, mas o pessoal nunca gostou, ‘Não, com essa associação eles querem é acabar com a horta’, né, então tinha aquele desencontro de mentalidade [...] e quando instalou a associação lá embaixo e mudou praqui, mas só que até hoje o pessoal não gosta muito bem de associação, eles tem [...] porque a associação só funciona com o apoio de todo mundo, né isso? Então o pessoal não quer, eles acham que a associação é montada pra ajudar eles, não é assim, tem que montar a associação e cada um fazer sua parte, né, pro negócio funcionar direitinho. Só que a maioria funciona assim, não gosta nem de pagar a associação, tem reunião, não vai, não interessa, [...] tem que ter verba pra tocar ela, né? Então, eu entendo assim, que a dificuldade mais, que eu entendo, na horta, mais tá relacionado mesmo ao entendimento do pessoal sobre o que é a associação, e como a associação tem que andar, sabe como é que é, porque o pessoal assim, há aquele desinteresse, sabe como é que é? [...]

Por que a associação tem uma pessoa que cuida de uma coisa, o outro cuida de outra, né isso, cada um tem um dom pra fazer uma coisa, né, então funciona bem sendo assim, mas há esse desentendimento nessa parte, alguns luta pro negócio dar certo e outros são o contrário. Tem muita gente até que torce pra associação acabar, porque acha que a Prefeitura tem que fazer tudo. [...] Se nós for depender da Prefeitura pra dar nós

substrato, semente... [...] por exemplo, tudo é na base de licitação, quem mexe lá na Prefeitura vai escolher a semente mais barata... e nem sempre barata é conveniente, né? Tem que plantar uma semente de qualidade, né? [...] Tem um pessoal aí que tem uma grande dedicação a essa parte da associação... até a Emater também, o pessoal apoia demais, eu acho até que se não fosse eles a nossa associação tinha acabado, porque o que esse pessoal da Emater faz aí na parte de apoio, de correr atrás pra coisa funcionar, né... [...] Se dependesse só de nós mesmo, eu acho que infelizmente, ela tinha acabado. [...] Nós tá pagando a associação 5 reais por quadra, eu acho que nós tinha que pagar pelo menos uns 20 reais. [...] Há muito desinteresse do pessoal a ver que se nós quisesse unir, nós consegue muita coisa boa, tem que cobrar, tem que mostrar ideia, mas a maioria... trabalha como se não precisasse... isso que deixa a gente triste.”

(J., agricultor, 57 anos, 27/11/12)

O trabalho com o associativismo faz parte das estratégias do trabalho de extensão rural da Emater. O associativismo é valorizado e percebido como uma peça fundamental para o fortalecimento dos agricultores e do programa.

“A assistência técnica e agrônômica é importante, mas nas condições de vida deles, eu acho que esse trabalho nosso de associativismo, de fortalecimento da instituição associação, da união deles, é o que faz mais a diferença. A questão agrônômica seria produzir mais, produzir com qualidade, mas eles tem grande dificuldade na gestão social deles, de entender a força que eles tem e a questão da cidadania, os direitos que eles tem, depois de entrar num programa desse. Então a grande diferença, apesar de que eu tô aqui há 3 anos, e que eu já percebo, é que eles já evoluíram bastante, já amadureceram dentro dessa questão de gestão, de cidadania e tem que amadurecer ainda mais, pra eles tomarem o caminho de se tornarem mais independentes. [...] existem uma série de divergências, em algumas reuniões tem um grupo até menor de produtores, em função desse não entendimento ainda de todos de que unidos eles têm força, unidos eles têm poder de cobrar os direitos deles, tanto buscando apoio dos técnicos da Emater, buscando o apoio maior da Prefeitura, quanto buscando um reconhecimento maior da sociedade. [...] Então esse é um trabalho que a Emater faz não só de assistência técnica, mas de (eles terem) esse entendimento. [...] Tem aquelas pessoas que não entendem o que é uma associação, não cobram coisas que a associação poderia fazer, até um certo ponto, mas cobram coisas que naquele momento é impossível pra associação fazer, e que tem seus motivos pra não ser associado. Porque se associar é uma questão livre, é a concretização de ver a importância, o porque da associação. Mas sem as associações também, a Prefeitura e outros recursos públicos também, não poderiam chegar até essas pessoas. Porque um recurso público vai pra uma coletividade, não vai pro individual. Então as estufas, os tratores, por exemplo, que são dois programas de apoio também, [...] isso só pode ir em nome de associação, então quem faz a manutenção é a associação, quem administra é a associação. Então, a associação, além dessa parte de unir as pessoas, tem essa parte jurídica também.”

(Frank Oliveira, extensionista da Emater-MG - Sete Lagoas, 28/11/12)

“Eu acho que nesse momento elas [as associações] estão num retrocesso. Elas já estiveram bem melhores. Mas toda vez é assim, ninguém quer pegar, assumir, porque trabalha naquela história do presidente cacunda, aquele que carrega todo mundo, então ninguém quer assumir. Só que aí a gente fala: ‘Ninguém quer assumir, tudo bem, então

vamos acabar com a associação, vamos no cartório dar baixa e pronto, vocês ficam aí como era antes'. Ninguém quer.

Antigamente, a Prefeitura dava tudo, semente, esterco, gente pra ficar na horta o tempo inteiro, e com o crescimento das hortas, ela não tem como manter. Então muitas coisas eles tem que resolver. [...] E nessa época que não tinha as associações, a Prefeitura mandava e desmandava em tudo. Agora não, tudo é negociado. [...] Então, com toda a dificuldade, houve uma evolução. [...] a gente percebe que o capital social mudou, principalmente com aqueles que ocuparam já cargo de direção, porque participam mais das coisas, estão por dentro, fazem cursos, assembléias, vão pra um monte de lugar, que sempre a gente leva. Aqui, o nosso jeito de trabalhar na Emater é não fazer nada por eles, a gente faz com eles.”

(Alcione Teixeira, extensionista da Emater-MG, 28/11/12)

Os técnicos da Prefeitura ressaltam a função operacional das associações dentro de cada horta e a função jurídica que lhes confere a possibilidade de captar recursos. Em alguns casos as associações suprem as dificuldades operacionais da Prefeitura, o que às vezes gera conflitos nas hortas, pois acabam arcando com o custo de serviços que beneficiam a todos, o que gera insatisfação por parte dos associados (conforme relatos de B. e I. em entrevistas validadas).

“[A respeito da importância das associações no HCU]: na questão da organização deles, na questão de identidade, de independência porque eles hoje não dependem... por exemplo, a gente tinha uma roçadeira aqui pra atender a todas as hortas, a associação da Horta Montreal e da Horta Cidade de Deus compraram uma pra eles, e eles tem uma contribuição mensal por produtor de 5 reais. [...] Por existir a associação a gente consegue passar o benefício pra eles do trator, da estufa, doação que a gente recebe de esterco, de fazenda, a gente envia para a associação... Então facilita o trabalho deles e outra coisa, a gente manda o tratorzinho, quem faz a manutenção é a associação. Então raras vezes que a Prefeitura ajuda, quando é possível, quando entra algum recurso [...] se quebrou um registro, pra Prefeitura comprar um registro é uma luta, tem que fazer cotação de preço, licitação, então seria uma dificuldade, demoraria uns 3, 4 meses. Eles mesmos vão lá e compram. Então o que dá pra eles fazerem eles tendo dinheiro em caixa, eles fazem.[...]

A gente foi aprendendo, a partir do momento que surge um problema... [...] igual a Central das Hortas surgiu com a necessidade de fazer um pedido de convênio como Ministério, aí a gente criou a Central, aí agora veio o PNAE [Programa Nacional de Alimentação Escolar], as atribuições da Central das Hortas não atende às necessidades do PNAE. [...] A central, como ela congrega as associações de produtores urbanos, ela não consegue atender as exigências do PNAE, porque o PNAE é pra agricultura familiar, que é a rural. Então teve que se criar uma outra associação, que é a ASEFA, Associação Setelagoana de Agricultores Familiares. [...] Quem faz a gestão da ASEFA são os produtores urbanos, porque como eles não podem participar desses programas, nem do Ministério nem do PNAE porque eles são agricultores urbanos, então eles arrendaram um terreno na área rural e produzem lá [...] eles tem que estar no meio rural. [...] A central continua congregando as outras associações, continua congregando os agricultores urbanos. Quando a gente criou a Central, não existia a demanda do PNAE... então a todo momento estão sendo criados [...] esses mecanismos.”

(Ariane Santos, Diretora de Agropecuária, SDET, 28/11/12)

“As associações de horta tem essa função mais operacional de gerenciar a estrutura dentro de cada horta, e a Central tem um papel mais político, ela congrega as associações para reivindicar, buscar apoio, buscar benefícios junto às instituições públicas [...] veio uma verba para insumo a partir do PV, por exemplo, veio para a Central [...] faz a interlocução com outras instituições.”

(Aroldo Rocha, Eng. Agrônomo, funcionário da Prefeitura, 28/11/12)

Alguns dos produtores das HCU possuem um perfil mais empreendedor, especialmente entre os mais antigos que possuem uma área maior e fizeram da horta uma fonte significativa de ganhos. É comum encontrar esses empreendedores participando ativamente das associações de produtores. Há casos bem sucedidos de agricultores que se associaram para arrendar terrenos na área rural e aumentar a produção.

“Eu não tenho um espaço meu... Aí, enquanto eu não conseguir um espaço meu, se eu puder me manter aqui, eu quero. E... só que eu penso assim, no dia que Deus me conceder um espaço pra mim, eu vou sair. Aí eu saio... que é a minha vontade, né? Hoje eu já tô trabalhando com esse intuito já, comprar uma coisa minha.”

(I. agricultor, 41 anos, 27/11/12)

“Uma possibilidade que a gente tem conversado, tem discutido, é... seria um veículo pra gente transportar essa verdura pra vender em Belo Horizonte, arrumar uma feira em Belo Horizonte pra vender parte desse produto lá. [Vocês tem conversado com quem?] Entre a gente mesmo, a gente tem discutido muito isso, [...] nós tamo esperando o outro prefeito assumir pra levar isso ao conhecimento dele, porque se caso nós não conseguir através da prefeitura, então nós temo que juntar um grupo de pessoas, e comprar esse veículo pra fazer esse transporte. [...] A gente conversou com a diretora da agricultura lá em Belo Horizonte, na época, ela falou que, por exemplo, que se a gente conseguisse um transporte podia falar com eles que eles arrumava um ponto de venda pra gente, aí tá faltando esse... o veículo de transporte.[...]

[Esse terreno que você tem fora, de sociedade, tem quanto tempo?]

Vai fazer um ano e meio, já. [...] Tá dando certo. A gente aventurou várias experiências já, com a turma que a gente tinha... pro lado do Barreiro, pro lado de Venda Velha, e não deu certo... porque a gente tinha uma turma grande aqui da horta... mas no meio tinha aquelas pessoas que queria, mas na prática, ao mesmo tempo, não queria também. Então a gente resolveu se separar e pegar nós três esse lá, e tá dando certo.”

(B., agricultor, 51 anos, 28/11/12)

A importância do associativismo é percebida tanto por produtores, quanto por técnicos. Entretanto, nota-se diversos problemas, como a falta de entendimento por grande parte dos

agricultores das funções, potencialidades e modo de operação das associações; falta de identificação dos produtores com a associação; reprodução de estruturas de poder no interior das associações, como alertado por Ganança (2006); falta de clareza quanto aos papéis e competências das associações, Prefeitura e Emater.

Dificuldades

Uma das dificuldades recorrentes citadas pelos produtores entrevistados foi com relação à obtenção de esterco para adubação, pois atualmente quase não conseguem mais doações e muitos não têm recursos para comprar. Eles aguardam a criação da central de compostagem no município. Além disso são citados: dificuldades de comercialização, roubo nas hortas, alcoolismo, falta de fiscalização da Prefeitura e penalização das irregularidades, além dos já citados problemas relacionados às associações.

“A maior dificuldade é conseguir esterco, né, porque tem um caminhão da prefeitura, mas ao mesmo tempo não tem. E depois, mesmo também que tivesse esse caminhão à vontade dentro das hortas hoje, não teria como mais puxar esterco, porque grande parte dos fazendeiro hoje reaproveita o esterco dentro da propriedade dele. Hoje eles não vendem, são poucos que vendem, o pouco que tem, produz pouco... [...] Então, a gente tem um projeto de montar uma central de compostagem, que é o reaproveitamento de poda de árvore da prefeitura. Então, quando a gente conseguir isso, vai resolver grande parte do nosso problema. E o outro problema nosso também, seria a comercialização. Porque a comercialização nossa aqui em Sete Lagoas, ela é complicada, porque a gente tem um produto que não usa agrotóxico, mas de fora vem muito produto que usa agrotóxico, né, então... pra você ter uma idéia, sacolão aqui vende alface aqui, em tempo de frio, na seca, quando a produção tá intensa [...] então ele chega a jogar um pé de alface aí a 10 centavos... então fica difícil...” [...]

Falta um apoio... vamos dizer... financeiro também... pra poder crescer mais esse projeto, pro beneficiamento da comercialização desses produtos, né... pode também... a gente conversou sobre isso numa reunião com a Emater também, é aquele... [...] o mini-processamento dos alimentos, seria ótimo... Mas tudo envolve a parte financeira... tem os projetos já... inclusive o pessoal da Emater já fez esse projeto pra gente [da central de compostagem, em 2009], tá só aguardando o que pode vir de melhora. Porque inclusive uma parte, boa parte desse dinheiro já tinha até sido depositado numa conta, mas faltava uma contrapartida da Prefeitura, daí essa contrapartida não entrou, e o dinheiro voltou. [...] Sabe, é muita burocracia... o Meio Ambiente [Secretaria] escorando com a barriga, que não podia fazer, não podia fazer... aí, de repente, quando entraram num acordo que seria a melhor solução pra cidade, o dinheiro tinha voltado.

[Os produtores das HCU são reconhecidos aqui na cidade?]

Reconhece... reconhece muito... as empresas tem um grande conhecimento nisso aí, tem demonstrado interesse de ajudar... Mas... falta aquele negócio... falta alguns projeto pras empresa, né, porque sem os projeto elas não tem como envolver nisso aí, né...”

(B., agricultor, 51 anos, 28/11/12)

A preocupação com a qualidade ambiental e nutricional dos alimentos não esteve presente desde o início das HCU. Alguns produtores relatam que um técnico da Emater que passou pelo Programa trouxe a questão do plantio orgânico, promovendo cursos e palestras e a proibição do uso de agrotóxicos foi incorporada como regra. Entretanto, os agricultores enfrentam dificuldades na produção, seja pelo princípio de não usar adubação química, seja por falta de recursos para comprar os produtos.

“E outras coisa também, que a terra tá ficando cansada... é... outra coisa... a gente sabe que a Prefeitura, por exemplo, às vezes a gente fala isso mas eu acho que eles não concorda, é que a gente precisava dum outro terreno, paralelo a esse, pra quando a... essa terra aqui tá cansada, tá infestada de praga que prejudica o desenvolvimento da hortaliça, né, aí a gente precisava de um outro terreno pra gente descansar esse. Plantar alguma coisa que ou fosse... feijão, milho, enquanto você plantava horta, verdura em outro lugar pra descansar esse. A gente já fez um... uma espécie dum entendimento com a Prefeitura e um dono dum terreno, e que fosse mais no perímetro urbano, porque se tiver que deslocar o pessoal daqui pra ir mais pra roça, aí não vai dar... complica, né? [...] A gente continua plantando na esperança sempre de que vai dar, né, e muitas vezes a gente não consegue. [...] Então eu acho que se nós tivesse uma união mais forte, a gente podia ver com o pessoal da Prefeitura, a gente entrava em entendimento e arrumava um terreno [...] mas igual que eu falei com você, o pessoal fica mais na espera, acostumou assim, de receber tudo, não quer unir e fazer a coisa andar, porque tudo, onde tem muita gente, só funciona se tiver união e a vontade de todo mundo.

[...] Tem muito interesse hoje do pessoal de voltar mais pro plantio natural, assim, sem adição de adubação química, porque a gente usa, igual eu falei com você, porque não tem condição, porque quando um tal de um engenheiro agrônomo [...] ele reuniu com nós e ele queria fazer uma plantação orgânica, aí, na época, o prefeito prometeu dar todo apoio na produção do composto orgânico, [...] e só que nesse quesito aí o prefeito ficou só na conversa, ele não fez o que foi prometido, de fazer a compostagem com o pessoal. E a compostagem [...] você depende de tempo e área pra você fazer ela, então, como o prefeito não apoiou, [...] os que quiseram entrar no programa de produção orgânica, entraram, outros que acharam que não dava resultado, não entraram. [...] De repente você cortar a adubação química [...] nós ficamo muito tempo aqui, com os pé de alface pequenininho, né, e os outros que usavam adubação química, colhendo, [...] porque a maioria do pessoal, se tiver bonito, é o que interessa. [...] Com muito custo nós achamo o ponto da meada do negócio, com o apoio do pessoal da Emater [...] então a gente foi aprendendo... a entender o que é cada tipo de alimento que a planta necessita, que não é químico [...] Mas só que nesse período a gente começou a descontrolar por falta de tempo de fazer a compostagem [...] e também com as mudança de governo foi mudando também o negócio das empresas que certificam o orgânico... porque mudou a legislação e hoje em dia, parece que só é considerado produtor orgânico, que obtem a certificação de orgânico, quando a propriedade trabalha toda pra orgânico, não é isso? [...] Parece

que é voltado pra isso, [...] mas só que é o seguinte, eu penso assim, mesmo que você não seja certificado, o futuro nosso, a gente tem que voltar só pra produção orgânica, porque por exemplo, com o tanto de doença que aparece... [...] então eu acho que mesmo que a gente não seja certificado, assim que eu aposentar e que tiver tempo, eu vou voltar pra produção orgânica. [...] eu acho que vale muito a pena a Prefeitura apoiar a produção orgânica. Mas muita gente na horta acha que isso é papo furado. [...] O produto que não serve pra mim comer, não serve pra mim vender, né? Tem que pensar na saúde da gente. E também segundo o pessoal, o novo prefeito que tá entrando aí, né, falou que vai dar apoio total pra produção de composto orgânico.”

(J., agricultor, 57 anos, 27/11/12)

“Área de trabalho, pode ser uma firma, onde que for, um trem que não combina é bebida, e aqui a bebida prejudica demais. Muita gente, ela prejudica muita gente. O cara, ele bebeu, ele faz uma coisa errada e cê vai conversar com ele, ele já vai alterar. [...] Então a bebida aqui dentro, isso aí eu acho que tinha que ser cortada.[...] eu acho que tinha que ser essa diretoria aqui e a Secretaria [Prefeitura] ajudar também. Eles ajuda, mas eles também não dá conta de tudo, né?”

Nós temo uma dificuldade aqui, esterco nós tem que se virar, correr atrás, de primeira, a Prefeitura fornecia mas hoje, também fornece, mas é mais custoso, né? Também, é muita coisa pra eles, né? Então, a gente tem que se virar. E tem uma coisa, uma dificuldade que a gente tem aqui, é que eles rouba muito de nós aqui, à noite, e quando rouba verdura, não tem problema. O problema é as ferramentas nossa. Eles leva carrinho, leva enxada, o que tiver nessa barraca eles leva. Nós paga um ronda, mas cê sabe que um ronda só, não dá conta de olhar isso aqui, e é perigoso. Como é que uma pessoa vai ficar sozinha protegendo isso tudo aqui de noite, né? É difícil, né?”

(O., agricultor, 53 anos, 27/11/12)

Existe também um problema relacionado à contrapartida do Programa, que é a doação de um canteiro da quadra para a alimentação escolar. Muitos produtores reclamam que não há um gerenciamento por parte da Prefeitura, fazendo com que alguns burlam a regra.

“[A regra do canteiro de escola] aqui, funciona uns 15 por cento. Quando a pessoa entra aqui, já sabe, um canteiro vai pras escolas né. Aqui tem 149 quadras, então tinha que ter 149 canteiros de escola, né isso? Então se eu sei, e a gente entra sabendo disso, o meu canteiro de escola, eu nunca deixei de plantar ele, mas aqui, se tiver, é umas 15 pessoas que manda, de 86 produtores, se tiver. Aqui era pra sair caminhão e caminhão de verdura, só que, infelizmente, né? [...] Isso aí não tem o controle. O Sr. L. entrou aqui pra trabalhar na Secretaria e começou, depois ele sumiu, deixou de qualquer maneira, que o certo, tem que vir uma pessoa lá da Prefeitura pra cá pra ajudar corrigir isso aí, pra dar mais força à associação, né? Aí se vier uma pessoa de lá, aí dá mais apoio à associação e a associação também dá mais apoio pra eles, pra cobrar. Tem que ter lei, né? ‘Cê plantou canteiro de escola?’ [...] Aqui, nessa horta, tem condição pra manter muitas escolas, só que a maioria não planta, e muitos que planta, ele leva pra ele.”

(O., agricultor, 53 anos, 27/11/12)

“[...] Tinha que ter um cara, [...] ele tinha que trabalhar pra prefeitura independente de que prefeito tivesse. Porque ele dava pra fazer um seguimento dentro daquilo, um

planejamento bem feito a longo prazo, mesmo na questão das hortas. [...] Porque chega um prefeito [...], todo ano muda, dificilmente não muda. Então, por exemplo, um que tá no cargo apoia, outro que tá no cargo, não tá nem aí, por exemplo, um que tá na hierarquia superior, nunca foi em horta. [...] cargo de confiança, mudou o prefeito, o cara tá fora. Hoje em dia tá muito bagunçado aí, as verba hoje já não é mais como era antigamente, nessa parte hoje em dia, complicou bastante.

[Com relação ao canteiro de escola] Nós brasileiros, já somos desleixados por natureza, né, [...] quando tava lá embaixo, o negócio era todo organizadinho. Tinha um bloco de recibo, que [...] eles vinha com aquelas ficha, o cara que era o diretor, assinava, as quadras que eram o produto, [...] mudou praqui, começou plantar, mas já não vinha com aquela mesma boa administração lá debaixo”

(J., agricultor, 57 anos, 27/11/12)

No âmbito da Prefeitura, os funcionários apontam a dificuldade de administrar o Programa por falta de pessoal, acarretando em dificuldades de planejamento e geração de dados sobre o HCU.

“Então a gente vai apagando fogo. Eu queria planejar, eu queria estruturar, ter uma programação de trabalho, mas a gente não consegue, porque a dimensão de um programa como esse sem ter esse planejamento. [...] Quando eu cheguei aqui, não tinha controle de quem tava na horta, quem era produtor. Meu primeiro trabalho aqui foi medir as quadras, numerar, saber quem era o produtor...”

(Ariane Santos, Diretora de Agropecuária, SDET, 28/11/12)

“Nós teríamos que ter um grupo técnico bem maior. [...] Não temos memória, não temos dados.”

(Aroldo Rocha, Eng. Agrônomo, funcionário da Prefeitura, 28/11/12)

Uma das dificuldades que parece haver no Programa refere-se à questão da entrada dos novos beneficiários, que envolve dois fatores: o critério de vulnerabilidade socioeconômica e a limitação do número de quadras, o que reforça o caráter social do Programa. Contudo, alguns agricultores apontam uma falta de suporte a esses novos produtores, muitos sem experiência anterior. Aparece também nas falas uma dificuldade de conciliar dentro do mesmo programa os diferentes objetivos e recursos dos indivíduos. Não foi possível, contudo, nesta pesquisa identificar a repercussão desse problema dentro do HCU.

“Outra coisa, que a prefeitura tem a horta como... como ajuda social, mas na área de plantio, isso não funciona. Porque a pessoa pra mexer com horta, tem que ter o dom de

plantio. [...] e não adianta você dar a ele uma quadra se ele não tem condição de investir, [...] então fica aí dando murro na ponta de faca, né, fica aí, plantando uma coisinha, só mesmo pra passar o tempo, mas não tem retorno, né, fica mais na base da ilusão, né? Então isso aí eu acho que é falho.”

(J., agricultor, 57 anos, 27/11/12)

“Eu acho que as dificuldades nesses pontos, aquelas pessoas que tão lá como profissionais, que vivem disso, aqueles que estão lá por recomendação médica, como passatempo, então são públicos distintos, e fica difícil pra estar trabalhando separadamente. Porque no fim eles se acham todos iguais, não conseguem perceber essa diferença. Porque quando a pessoa é mais profissional, a conversa é de um jeito, mas quando reúne, reúne todos. Então aqueles que não são profissionais, tão puxando todo tempo pra trás. [...] Outra coisa negativa é a dependência, o pior de tudo essa cultura da dependência. Se eles conseguissem perceber que 300 pessoas juntas ali poderiam mudar tudo. Eles percebem, mas não confiam no outro o suficiente pra isso.”

(Alcione Teixeira, extensionista da Emater-MG, 28/11/12)

A falta de apoio na comercialização também foi colocada como uma dificuldade. Ainda que muitos produtores não esperem nem cobrem esse apoio da Prefeitura, percebe-se que é um dos pontos mais fracos que eles apresentam. Alguns têm facilidade para encontrar canais de comercialização, mas há uma grande parte dos produtores que continua no comércio informal, recebendo pouco retorno do investimento, o que pode ser um fator de desmotivação e desmobilização com relação à atividade.

As dificuldades de gerenciamento do programa por parte da Prefeitura e produção de dados geram reflexos também nas relações com os agricultores e deles entre si, pois falta a “lei”, como presente na fala de alguns, para dar respaldo às ações da associação, no sentido de regular as relações e deveres dos produtores.

Fatores que contribuíram para a continuidade do HCU:

Entre os fatores que contribuíram para o sucesso e continuidade do HCU, os técnicos da Prefeitura e da Emater apontaram: a estrutura básica fornecida pela Prefeitura, a importância da

parceria com a Emater, o potencial de geração de renda a partir do HCU, a existência de um mercado para os produtos da AU e o associativismo.

“Eu enumeraria a ajuda do município, não só dessa estrutura da Secretaria, mas como a ajuda pra manter a horta..., tem a questão da Emater que a Prefeitura paga pra manter a Emater no município, então eu acho que, pra mim hoje, a Prefeitura é a questão maior. Depois é o fato deles terem descoberto que eles conseguem ganhar dinheiro com a atividade... são inúmeras coisas que a gente pode falar, mas pra mim as duas principais que fazem [manter] o programa são essas. A partir do momento que eles descobriram que é possível ter renda, melhorar a renda, comprar coisas com o dinheiro da horta, eles não largam o programa. Dificilmente sai alguém do programa, conseguem conciliar a atividade com outro emprego, então é uma renda a mais, conseguem colocar a família pra trabalhar, pra ajudar. E tem outra, a questão da geração de emprego, a pessoa não tem qualificação pro mercado de trabalho, está acima da idade exigida pelo mercado, então...

Se algum dia chegar um prefeito e falar ‘vamos acabar com as hortas’, a população de um modo geral vai contra. Ninguém é louco de mexer nesse programa, porque a sociedade de uma certa forma, já se apropriou desse programa. [...] Quando se fala da população reconhecer o que é o programa, quais são os valores, o que é gerado, o que é transformado, eles não tem esse conhecimento. A população tem conhecimento das hortas, que a gente tem um programa de horta, que tá no meio da avenida, que tá no bairro tal... então a população tem conhecimento disso, o que a maioria às vezes não tem é o conhecimento do que é o programa.”

(Ariane Santos, Diretora de Agropecuária, SDET, 28/11/12)

“Tem uma série de situações que contribuem para o sucesso... como esse programa de hortas começou? Começou na busca de [oferecer] oportunidade de trabalho para uma população que estava chegando à cidade via êxodo rural e não tinha qualificação para o trabalho urbano, e foi aí que começou o programa de hortas, quer dizer, não ter qualificação para o trabalho urbano, alguns não têm idade mais para ingressar no mercado de trabalho, mas ele [agricultor] certamente, se não tivesse perspectiva de ganho, ele daria um jeito, ele correria atrás... [...] Tudo você só faz se você tem motivação, e a principal motivação de alguém que trabalha é realmente ganho, perspectiva de ganho. Eu concordo com ela, que essa estrutura é um grande pilar que sustenta [...] mas por mais apoio que a Prefeitura desse, e toda essa estrutura, se a pessoa não tivesse perspectiva de ganho, talvez jamais produzisse só pra comer. Ele vai lá porque tem a perspectiva de ganho [...]. E isso só acontece porque existe um mercado em Sete Lagoas, é uma cidade de porte médio, tem uma população com um poder aquisitivo razoável e que consegue consumir. Então o produtor tem pra quem vender. Então, dependendo do município, o programa talvez, se o município fosse pequeno, ou não tivesse consumo, provavelmente não daria certo, a não ser que tivesse um esforço de buscar uma alternativa de mercado. Igual nós temos aqui alguns programas de governo, [...] se não tiver mercado, se não tiver perspectiva de ganho, o produtor não embarca. [...] Você tem que ter uma motivação, e motivação no caso das atividades profissionais é ganho. [...] Essa população tem condição de consumir e tem uma consciência também de que os produtos produzidos ali tem uma qualidade.”

(Aroldo Rocha, Eng. Agrônomo, funcionário da Prefeitura, 28/11/12)

“Eu acho importante essa parte de fortalecimento da associação, da entidade [...] Aqui tem um fator principal, que é a terra, um dos pontos, e outro que é água. Eles não têm

custo com isso. Em alguns lugares, não conseguem, porque o custo da água, se for pagar, é alto. Então essa conscientização também a gente faz com eles, porque muitos reclamam da horta, das dificuldades, porque produzir é risco, né, chuva, mercado, mas a gente tenta mostrar pra eles que ganhar esses dois fatores, terra e água, é fundamental pra esse programa andar. Agora, aí entra a Emater e a Prefeitura nos apoios, né, além de água e terra. Mas esses são fatores que eles tendem a reconhecer e a gente tá sempre reforçando isso, a importância desse apoio que é o governo municipal que dá, água e terra. E terra, algumas vezes em parceria com a Cemig.”

(Frank Oliveira, extensionista da Emater-MG - Sete Lagoas, 28/11/12)

“Agora, eu acho que o ponto forte foi a questão do associativismo, porque melhorou a relação, eu acho, enquanto pessoas. Porque eles eram tratados como... planta, se via planta lá dentro, não via gente, via produção. E aí o olhar passou pras pessoas, que eu acho que é o grande negócio. Pra mim, é o mais importante. Eles se sentem valorizados, eles se sentem importantes. [...] A autoestima deles melhorou, que eu acho muito bacana, você vê casos lá dentro das pessoas contarem que moravam num barraco de lona, que hoje tem casa própria, tem carro, celular, essas coisas materiais que todo mundo fica doido pra ter. [...] E outra coisa bacana também, as parcerias que consegue dentro do município. Todo mundo que você procura pra coisa de horta, você tem apoio. É IMA, Embrapa, Epamig, Banco do Brasil, com esse programa do DRE, e [...] vem gente visitar, até do exterior, que aqui é uma referência [...]”.

(Alcione Teixeira, extensionista da Emater-MG, 28/11/12)

Os três atores principais do HCU apresentam a percepção de que a estrutura fornecida pela Prefeitura (no que diz respeito ao acesso à terra e água, basicamente) é um dos fatores-chaves para o sucesso do Programa. Isto se alinha com os apontamentos dos teóricos da AUP, de que esses elementos são fundamentais para o incentivo à atividade (MONTEIRO, 2002; SANTANDREU & LOVO, 2007; SMIT *et.al.*, 2001; MOREIRA, 2008).

Nesse caso, a presença do poder público é fundamental no sentido de legitimar e institucionalizar a atividade da agricultura urbana. Além da cessão de uso da terra e da água, o agricultor conta com outros incentivos, como a ajuda na produção inicial, custos mais baixos para compra de insumos, etc.

Outra função importante que o agente público exerce no Programa diz respeito à facilitação do acesso ao crédito, pois atua no sentido de captar recursos, firmar convênios com instituições públicas ou privadas e orientar os produtores para a obtenção de recursos. Este

também é um elemento apontado pelos pesquisadores como importante no desenvolvimento da AUP.

A importância da garantia de uma estrutura básica para o produtor urbano é corroborada por Crispim Moreira:

“Todavia, o desenvolvimento da AU, assim como da agricultura rural, necessita assegurar aos agricultores urbanos: o acesso à terra e à água, a assistência técnica e crédito para financiar suas atividades, desde a aquisição de insumos até as atividades pós-colheita. Se o Estado não desempenhar o seu papel na defesa e na promoção da AUP, por meio da criação de mecanismos e ações de governo, certamente a agricultura urbana sofrerá restrições e constrangimentos para avançar e se tornar atividade possível e viável para o necessário enfrentamento da pobreza e do desemprego urbanos.” (MOREIRA, 2008, p. 251)

Podemos levantar também um outro fator, apontado pelos gestores e confirmado pelas diversas vozes dos agricultores, que é o foco na geração de renda. No caso do HCU, ainda que o objetivo primeiro do projeto seja a promoção da segurança alimentar, a função econômica da agricultura urbana é colocada em relevo. O fato de o Programa prover um acesso à terra ilimitado no tempo dá ao produtor a motivação necessária para investir na atividade como fonte de renda e apoio à família (seja com relação à alimentação, seja com relação a ocupação, seja como função terapêutica ou outra). O fornecimento contínuo das condições básicas necessárias à produção constitui um suporte necessário para a saída das famílias da situação de vulnerabilidade socioeconômica. A isso vão se somar outros fatores motivadores, como a convivência, o bem-estar, o fortalecimento da autoestima, etc.

A função econômica da AUP e o seu potencial na geração de outros benefícios, incluindo a segurança alimentar, me parece ser um fator subestimado na política nacional de AUP. Como ressalta Rosa (2011) a AUP é tratada muitas vezes como um paliativo no alcance da segurança alimentar, sendo pouco explorado o seu potencial em políticas emancipatórias das condições de pobreza e vulnerabilidade da população. Voltando à fala de Aroldo Rocha: “se a

pessoa não tivesse perspectiva de ganho, talvez jamais produzisse só pra comer”, o que é bem provável, considerando a existência de outras alternativas de ocupação e renda na cidade, mesmo que exploratórias e pouco compensatórias para o trabalhador.

É preciso lembrar que o quesito mais fundamental para o sucesso de qualquer projeto ou programa social diz respeito ao grau de adesão e aderência das pessoas ao mesmo, como observa Zarpellon (2011). O HCU apresenta essa característica; tanto há uma fila de espera de pessoas que desejam ingressar no programa, quanto é alto o grau de aderência, conforme os relatos dos sujeitos da pesquisa. Entre os motivos para essa aderência da população, além do econômico, estão alguns dos citados pelos entrevistados, como convívio social, prazer proporcionado pela atividade, valor terapêutico, controle da pessoa sobre o próprio trabalho e outros, como autoestima e reconhecimento social.

Os entrevistados apontam também a visibilidade que o Programa adquiriu ao longo do tempo como fator gerador de estabilidade frente às mudanças administrativas no governo municipal, fazendo com que tenha se “consolidado” como uma política social da Prefeitura, como observou o engenheiro agrônomo Frank Oliveira, da Emater.

A questão da assistência técnica também pode ser levantada como um dos fatores que contribuem para a continuidade do HCU. Esse também é um dos elementos considerados pelos estudiosos da área como importantes para o desenvolvimento da AU. (MONTEIRO, 2002; SANTANDREU & LOVO, 2007; MOREIRA, 2008). A parceria firmada pelo município com a Emater proporciona a base de apoio técnico para os produtores, além da função de apoio à formação e orientação, no que concerne ao associativismo.

A respeito das outras parcerias e das ações intersetoriais, vale lembrar que elas possuem um papel fundamental de suporte e dinamização do programa. Contudo, embora a dimensão

ambiental esteja presente no discurso e em algumas práticas (regulamentação impedindo o uso de agrotóxicos, estímulo à produção orgânica, etc) me parece que ela carece de definição e articulação com a política ambiental municipal.

Ainda que as associações apresentem diversos problemas, elas aparecem na fala dos entrevistados como órgãos fundamentais para a continuidade das hortas em Sete Lagoas. Elas possuem um papel tanto de viabilizar o acesso ao mercado e ao crédito, quanto de criar um sentido de identidade da categoria, podendo se consolidar como um meio de participação social e lutas políticas dos agricultores urbanos (o Anexo A contém um artigo sobre a Central das Associações dos Produtores das HCU de Sete Lagoas).

5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Este estudo foi conduzido com o objetivo de identificar os fatores que contribuíram para o sucesso e favoreceram a continuidade do Programa de Hortas Comunitárias Urbanas de Sete Lagoas ao longo de 30 anos. O estudo de caso foi realizado com base em uma pesquisa de campo, onde foram feitas entrevistas e observação participante, além de coleta indireta de dados, através de documentos e artigos disponíveis na imprensa e nos meios digitais e alguns documentos fornecidos pela Emater-MG.

O HCU possui um pioneirismo como política municipal de promoção da agricultura urbana. A indiferença do poder público à atividade é apontada por diversos autores, como Rosa (2011):

“O poder público mostra ser o calcanhar de Aquiles da efetivação da AUP no Brasil. É quase impossível encontrar um programa de governo que articule produção, transformação e comercialização, podendo caracterizar uma política de integração. A regra é de insegurança quanto à continuidade das ações do governo.” (ROSA, 2011, p. 15)

O programa é simples, mas possui uma estrutura que funciona bem. Não foram encontradas na pesquisa evidências de um planejamento estratégico orientado intencionalmente para garantir sua continuidade. Não existem atualmente dados sistematizados e uma prática avaliativa por parte do órgão gestor. Entretanto, o HCU é considerado um programa consolidado na política municipal de Sete Lagoas. Isso se deu a partir de uma combinação de fatores. Em primeiro lugar, é preciso considerar a existência de condições favoráveis ao desenvolvimento da AU no município, como a disponibilidade de terra, localização e a existência de um mercado

consumidor na região. Mas, de acordo com a pesquisa, outros fatores relativos ao próprio programa influenciaram a sua continuidade.

O apoio da Prefeitura na garantia de acesso permanente do agricultor urbano a terreno e água pode ser considerado o principal fator de sucesso do programa, uma vez que a falta desses elementos representa o maior obstáculo ao desenvolvimento da AUP. Os outros subsídios fornecidos pela Prefeitura também são importantes (como equipamentos, transporte, etc.), pois viabilizam a atividade para a população mais pobre e incentivam sua permanência. Ainda que o programa não possua um marco legal, os produtores do HCU possuem uma relativa estabilidade, pois a tradição e a estrutura criada lhes confere tempo e recursos para investir na atividade.

O foco na geração de renda é um fator que incentiva os produtores a permanecerem no programa. O HCU atende a uma necessidade central na vida do público beneficiário que é a de trabalho e geração de renda. A melhoria da segurança alimentar vem como uma consequência da prática da atividade.

As parcerias são outro fator que contribuiu para o fortalecimento do HCU. A estabilidade da parceria entre o órgão gestor e o órgão de suporte técnico, ou seja, Prefeitura e Emater, é fundamental para o bom andamento do programa. As duas entidades possuem um papel complementar. Outras parcerias viabilizam o projeto, como a CEMIG e o SAAE, que oportunizam o acesso a terra e água.

O associativismo tem um papel importante para a organização dos produtores das HCU. Através da experiência associativa, os produtores conseguiram desenvolver uma maior autonomia, ficando menos sujeitos às arbitrariedades que pudessem surgir em decorrência da descontinuidade administrativa na Prefeitura. Contudo, as associações enfrentam diversas dificuldades. Muitos produtores as vêem com desconfiança e elas reproduzem internamente

estruturas de poder. Por terem sido criadas para viabilizar contratos institucionais e acesso ao crédito, por exemplo, existe pouca identificação por parte dos produtores e compreensão do papel político que elas podem ter no sentido de promover a gestão participativa. Além disso, a falta de clareza na definição dos papéis e competências das associações, Prefeitura e Emater acaba gerando situações que enfraquecem o associativismo.

Como apontado por diversos teóricos da AU, o acesso a sistemas de financiamento e apoio técnico especializado contribui para o fortalecimento da atividade. No caso do HCU, a Prefeitura e a Emater fornecem esse suporte ao produtor diretamente ou indiretamente através da captação de recursos e parcerias.

A autonomia quanto à organização do próprio trabalho no HCU gera um empoderamento dos produtores e contribui para sua adesão e permanência no programa, o que resulta também no fortalecimento da atividade. Sua presença reforça a caracterização do HCU como política emancipatória. Muitos produtores expandiram suas atividades para além do programa, alguns inclusive desligando-se para cultivar em terrenos próprios. Entretanto, os agricultores com menos experiência e recursos parecem ter maior dificuldade na produção e comercialização, acionam menos os recursos disponíveis, como assistência técnica e crédito, e é possível que obtenham um retorno financeiro menos satisfatório.

Uma das dificuldades encontradas na pesquisa foi a de reunir documentos com dados sistematizados sobre o Programa. Essa lacuna foi confirmada pelos funcionários da Prefeitura, que é o órgão gestor, pois eles mesmos não dispunham dessas informações. Desse modo, não foi possível fazer uma pesquisa mais aprofundada sobre o histórico do HCU, ainda que algumas memórias tenham surgido nas entrevistas. Isso constitui uma das limitações deste estudo, uma vez que a investigação dos fatores que contribuíram para a continuidade do programa focalizou

mais o momento atual, deixando de considerar fatores ligados ao início do programa e processos ocorridos ao longo do tempo. Dessa forma não é possível dizer se foram criadas no passado estratégias de continuidade administrativa pelos gestores e executores da política.

Outra limitação diz respeito ao pouco tempo disponível para a pesquisa, que não permitiu um aprofundamento em algumas questões que surgiram durante o trabalho de campo. Uma delas diz respeito à importância das associações, sua atuação e papel estratégico dentro do programa. Outra questão é a dos produtores que têm ingressado mais recentemente nas HCU, pois é possível perceber a existência de dificuldades quanto ao fato de alguns produtores possuírem uma atuação mais profissional, investindo mais seu tempo, trabalho e dedicação (tendo maiores áreas, dedicam-se à atividade com fins de autossustento) que outros, que por falta de recursos técnicos e materiais e baixa expectativa de retorno econômico, acabam investindo menos no trabalho. Em face da conduta adotada pela gestão do programa de limitação de área e aumento do número de beneficiários, seria interessante a realização de estudos que pudessem investigar se esses novos produtores têm as mesmas chances de êxito na agricultura urbana como fonte de renda e suporte para a saída da situação de vulnerabilidade social que os antigos tiveram.

Sugere-se a realização de estudos futuros sobre a questão das associações de agricultores urbanos, um assunto que é ainda pouco explorado e cuja importância deve ser considerada para o desenvolvimento da agricultura urbana.

Com relação ao desenvolvimento de políticas de agricultura urbana, a pesquisa deixa espaço para algumas reflexões:

- A necessidade de articulação da AUP com a gestão territorial e ambiental das cidades.

- A criação de instrumentos de gestão e avaliação para apoio e fortalecimento dos programas e projetos de AUP.

- Valorização da função econômica da AUP nos projetos direcionados para a população pobre urbana.

- A importância do fornecimento de suporte material e técnico para a promoção de uma política de AUP verdadeiramente emancipatória.

- A consideração do fator humano e cultural nos projetos, pelo reconhecimento das múltiplas funções da AUP na vida das praticantes, contemplando diferentes interesses e projetos pessoais dos agricultores urbanos.

- Reconhecimento do caráter familiar da agricultura urbana.

- Importância do desenvolvimento de políticas de acesso ao crédito para a AUP.

Espero que esse estudo possa contribuir para novas pesquisas e aprofundamentos sobre a articulação de projetos de AUP com as políticas públicas e para o incentivo à atividade.

REFERÊNCIAS

ALVES-MAZZOTI, Alda J. Usos e Abusos dos Estudos de Caso. **Cadernos de Pesquisa**, v. 36, n. 129, p. 637-651, set.- dez., 2006.

ALVES, V. O.; VIEIRA, N. S.; SILVA, T. C.; FERREIRA, P. R. O Associativismo na Agricultura Familiar dos Estados da Bahia e Minas Gerais: potencialidades e desafios frente ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). In: V ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL. 19 p. Florianópolis, 2011.

ARRUDA, J. **Agricultura Urbana e Periurbana em Campinas/SP: Análise do Programa de Hortas Comunitárias como subsídio para políticas públicas**. [s.n.] Dissertação (Mestrado), Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Agrícola, Campinas, 2006.

_____. **Agricultura Urbana na Região Metropolitana do Rio de Janeiro: Sustentabilidade e Repercussões na Reprodução das Famílias**. 197p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, RJ, 2011.

ATTIANI, C. A Agricultura Urbana. Disponível em : <<http://xiisimpurb2011.com.br/app/web/arq/trabalhos/5b146e8e9743a453d3851890d6a69647.pdf>>. Acesso em 23/10/2012.

BALDIN, Nelma; MUNHOZ, E. M. B. *Snowball* (Bola de Neve): Uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. In: X CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – EDUCERE, Curitiba, 2011.

BOUKHARAEVA, L M. *et al.* Agricultura urbana como um componente do desenvolvimento humano sustentável: Brasil, França e Rússia. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 22, n. 2, p. 413-425, Brasília, maio/ago 2005.

CASTELO BRANCO, M.; ALCÂNTARA, F.A. “Hortas urbanas e periurbanas: o que nos diz a literatura brasileira?”. **Horticultura Brasileira**, v. 29, n. 3, jul-set 2011: 421-428.

COSTA, A. A. A.; RIBEIRO, T. C. A. O Associativismo no meio rural brasileiro: contradições e perspectivas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 37. Foz do Iguaçu, 1999.

COUTINHO, M. N. **Agricultura Urbana: Análise e Reflexão Sobre os Marcos Legais e Normativos do Município de Belo Horizonte**. 113 p. Monografia (Bacharel em Geografia) – Cursos de Geografia, Universidade federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

_____. **Agricultura Urbana: Práticas Populares e sua Inserção em Políticas Públicas**. 204p. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências, Belo Horizonte, 2010.

DUARTE, R. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 115, p. 139-154, mar. 2002.

GANANÇA, A. C. **Associativismo no Brasil: Características e limites para a construção de uma nova institucionalidade democrática participativa**. Dissertação (Mestrado), 134 p. Universidade de Brasília. Brasília, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Tendências demográficas no período de 1940/2000**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/tendencia_demografica/analise_populacao/1940_2000/comentarios.pdf>. Acesso em 02/12/2012.

KUNZLER, M. T. **As estratégias competitivas e colaborativas e os resultados individuais e coletivos no associativismo rural em Quatro Pontes – PR**. 209p. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Curitiba, 2009.

MONTEIRO, A. V. V. M. Agricultura Urbana e Periurbana: Questões e perspectivas. *Informações Econômicas*. SP. v. 32, n. 6. v. 3, p. 39-44. Junho 2002. Disponível em: <<http://www.agriculturaurbana.org.br/sitio/textos/ana%20victoria%20sobre%20AU.htm>>. Acesso em 02/12/2012.

MONTEIRO, J. P. do R.; MONTEIRO, M. do S. L. Hortas Comunitárias de Teresina: Agricultura urbana e perspectiva de desenvolvimento local. **Revista Iberoamericana de Economia Ecológica**, v. 5, 2006. 47-60 p.

MOREIRA, Crispim. Trajetórias contemporâneas da agricultura urbana. In: HISSA, Cássio Eduardo Viana (Org.). **Saberes ambientais: desafios para o conhecimento disciplinar**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008. p. 243-281.

MOUGEOT, L. J. A. Agricultura Urbana: conceito e definição. **Urban Agriculture Magazine**, v. 1, n.1, Leusden: RUAF, July 2000. Disponível em: <<http://www.agriculturaurbana.org.br>>. Acesso em 01/08/2012.

_____. Urban agriculture: definition, presence, potentials and risks. In: BAKKER et al. (eds.). **Growing Cities Growing Food: Urban Agriculture on the Policy Agenda**. DSE, Feldafing, Germany. p. 1-42, 2000.

NOLASCO, C. L. **A dimensão ecológica da agricultura urbana no município de Juiz de Fora –MG**. 203 p. Dissertação (Mestrado em Ecologia) – Programa de Pós-Graduação em Ecologia Aplicada a Conservação e Manejo de Recursos Naturais, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009.

NOGUEIRA, F. A. **Continuidade e Descontinuidade Administrativa em Governos Locais: Fatores que sustentam a ação pública ao longo dos anos**. 139 p. Dissertação (Mestrado) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2006.

ONU Brasil. Fatos sobre as cidades. Disponível em <<http://www.onu.org.br/rio20/temas-cidades/>>, acesso em 02/12/2012

PORTELLA, M. O. **Na Sombra do Agronegócio: Sistemas Agroflorestais na Zona da Mata Pernambucana**. Dissertação (Mestrado), Universidade Estadual de Campinas, 2011.

PESSOA, C. C. **Agricultura Urbana e Pobreza: Um Estudo no Município de Santa Maria – RS**. 102p. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2005.

ROSA, P. P. V. Políticas Públicas em Agricultura Urbana e Periurbana no Brasil. **Revista Geográfica de América Central**, Número Especial EGAL, Costa Rica, 2011. P. 1-17.

SANTANDREU, A.; LOVO, I. C. **Panorama da Agricultura Urbana e Periurbana no Brasil e diretrizes políticas para sua promoção**. Documento referencial geral. Belo Horizonte: REDE/IPES, 2007.

SMIT, J.; RATTA, A.; NASR, J. (Org.). **Urban Agriculture: food, jobs and sustainable cities**. Vol. one, Publication series for Habitat II. New York: UNDP, 1996.

TELLES, L. **A construção do conhecimento agroecológico na trajetória histórica da ação da Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas em áreas urbanas em Belo Horizonte-**

MG. 62p. Monografia, Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

VARELLA, M. D.; PLATIAU, A. F. Estímulo ao associativismo no Brasil: algumas propostas de políticas públicas. **Revista de Informação Legislativa.** Brasília, jul./set. 2003. p. 319-333.

ZARPELLON, S.C. Continuidade e descontinuidade administrativa de programas e projetos econômicos e sociais: um ensaio sobre fatores que contribuem para esse fenômeno na região centro-sul do Paraná, Brasil. In: III CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DE PONTA GROSSA, 2011, Ponta Grossa. Anais do CIEPG. Ponta Grossa : UEPG, 2011. v. 1. p. 1-18.

APÊNDICE A**Roteiro de entrevista com agricultores**

Nome: _____

Sexo: ____ Idade: ____ Escolaridade: _____ Est. civil: _____ Nº de filhos: _____

Tempo de residência em SL? _____ Origem: _____

Horta em que trabalha: _____ Nº de quadras que possui: _____

Ano de entrada no HCU: _____

1. Qual a sua trajetória de vida?
2. Fale sobre sua trajetória no Programa HCU. (*Já realizou práticas agrícolas antes?*)
3. Quem da sua família está envolvido(a) com o trabalho na horta?
4. Como é a sua rotina de trabalho? (*Possui outra ocupação?*)
5. O que motiva você a participar desse programa?
6. Quais são as principais dificuldades que você enfrenta ou já enfrentou?
7. Como faz a comercialização?
8. O que você acha do apoio técnico?
9. Como é a convivência com os outros agricultores?
10. O que você acha do papel da associação?
11. Você está satisfeito(a) com o programa? (*Seus objetivos estão sendo alcançados? Pretende continuar?*)

APÊNDICE B

Roteiro de entrevista com gestores do Programa HCU

1. Qual a sua trajetória de vida?
2. Fale sobre a sua participação no programa HCU.
3. Como é feita a gestão do programa? (*Quais são os responsáveis, órgãos/agentes envolvidos, papel dos gestores*).
4. Quem apoia este programa? (*Fontes de recursos, captação, outros tipos de apoio*).
5. Qual o papel das parcerias no desenvolvimento/manutenção do programa?
6. Existem ações intersetoriais de governo? (*Quais são, funções*).
7. O programa tem alcançado seus objetivos? (*Existem mecanismos de avaliação?*)
8. Como você vê a aceitação e participação do programa por parte da população?
9. Como você percebe a participação dos agricultores, das associações, técnicos e prefeitura?
E como é o relacionamento entre estes atores?
10. Na sua opinião, quais são os pontos fortes e as fragilidades do Programa? (*Principais desafios encontrados pela gestão; Fatores que contribuíram para a continuidade do Programa*).

APÊNDICE C

Roteiro de entrevista com parceiros estratégicos

Nome: _____

Formação: _____

Função que exerce no programa: _____

1. Qual a sua trajetória de vida?
2. Fale sobre a sua participação no programa HCU.
3. Qual o papel da Emater no Programa HCU?
4. Como é feita a gestão do programa? (*Os parceiros participam da gestão?*)
5. Na sua opinião, quais são os pontos fortes e as fragilidades do programa?
6. Como você percebe a participação dos agricultores, das associações, técnicos e prefeitura?
E como é a articulação entre eles?
7. Quais são os fatores que você acha que contribuem/contribuíram para a continuidade deste programa?

ANEXO A

07/12/12

Documento sem título



Agricultura urbana reivindica inclusão no Pronaf



Presidente José Silva (4ª esquerda para direita) com agricultores de hortas comunitárias

Produtores de hortas comunitárias de Sete Lagoas, região central do Estado, estão reivindicando do Governo Federal o reconhecimento da agricultura urbana para efeito de acesso aos benefícios do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), além do recebimento de aposentadoria pela atividade.

Em reunião nesta semana com o presidente da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater-MG) e da [Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural \(Asbraer\)](#), José Silva, um grupo de 14 agricultores, filiados à Central dos Produtores de Hortas Comunitárias de Sete Lagoas, pediram o encaminhamento das reivindicações à Brasília.

O pedido foi feito, nesta última segunda-feira (18 de maio) pouco antes da abertura da 2ª Semana de Integração Tecnológica, evento promovido pela Embrapa Milho e Sorgo, Emater-MG e [Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais \(Epamig\)](#), com o objetivo de promover a troca de conhecimentos entre produtores rurais, pesquisadores, extensionistas, universitários e membros de empresas privadas.

Em nome da Asbraer, um ofício foi encaminhado ao Ministério de Desenvolvimento Agrário, solicitando a intervenção do órgão, junto aos canais competentes para uma revisão da Lei 11.326, propondo a inserção da categoria agricultor familiar urbano e a disponibilidade de linhas de crédito, por meio do Pronaf.

A Lei 11.326, sancionada em julho de 2006, institui a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, reconhecendo e definindo a categoria "agricultor familiar". Em Minas Gerais, a política estadual de apoio à agricultura urbana foi instituída pela Lei nº 15.973, de 12 de janeiro de 2006 e regulamentada pelo Decreto nº 44.720, de 12 de fevereiro de 2008.

Hortas coletivas completam 27 anos

Segundo a extensionista Alcione Miriam de Carvalho Teixeira, do escritório local da Emater-MG de Sete Lagoas, existem no município mais de 270 famílias que cultivam hortas comunitárias no meio urbano e periurbanos. "Muitas delas estão na atividade há 27 anos, quando 35 famílias implantaram a primeira horta do tipo", conta a técnica. Atualmente, são seis hortas organizadas em cinco associações vinculadas à Central dos Produtores de Hortas Comunitárias de Sete Lagoas, de acordo a extensionista. O programa foi criado em outubro de 1982 pela prefeitura do município, que cede os terrenos e a água para o cultivo das hortaliças.

O agricultor Benedito Rafael da Costa, presidente da central que reúne as associações de agricultores, reclama pelo não reconhecimento oficial da agricultura urbana, em nível federal, e diz que muitos colegas vieram da área rural e vivem exclusivamente da atividade. Ele próprio, originário da zona rural de Pompéu, garantiu o sustento da família, durante 18 anos, trabalhando só nas hortas coletivas de Sete Lagoas. Hoje tem outra fonte de renda. "Acho que, se não fossem as hortas, teríamos muitas pessoas, já mais velhas, vivendo na berlinda. Grande parte veio da área rural, trabalhou aqui e deu certo", testemunha.

Extensão Rural reivindica PAC para o setor